

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA**

BRUNA GAMA GAVÉRIO

DIMINUI A ARAUCÁRIA A SAÚDE ENFRAQUECE

O intervencionismo de Estado na Terra Indígena Xapecó/SC

Florianópolis
2019

BRUNA GAMA GAVÉRIO

DIMINUI A ARAUCÁRIA A SAÚDE ENFRAQUECE

O intervencionismo de Estado na Terra Indígena Xapecó/SC

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Graduação em
História do Departamento de História da
Universidade Federal de Santa Catarina
como requisito para obtenção do título
de Bacharel e Licenciado em História.

Orientadora: Dra. Ana Lúcia Vulfe Nötzold.

Florianópolis
2019

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da
UFSC.

Gavério, Bruna Gama

Diminui a araucária e a Saúde enfraquece : O
intervencionismo de estado na Terra Indígena Xapecó/SC
/ Bruna Gama Gavério ; orientadora, Ana Lúcia Vulfe
Notzold, 2019.

80 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) -
Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de
Filosofia e Ciências Humanas, Graduação em
História, Florianópolis, 2019.

Inclui referências.

1. História. 2. Terra Indígena Xapecó. 3. Kaingang.
4. Extração Madeireira. 5. Saúde. I. Vulfe Notzold,
Ana Lúcia.
II. Universidade Federal de Santa Catarina. Graduação
em História. III. Título.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
Campus Universitário Trindade
CEP 88.040-900 Florianópolis Santa Catarina
FONE (048) 3721-9249 - FAX: (048) 3721-9359

Atesto que o acadêmico(a) **Bruna Gama Gavério**, matrícula n.º 12201544, entregou a versão final de seu TCC cujo título é **DIMINUI A ARAUCÁRIA A SAÚDE ENFRAQUECE: O intervencionismo de Estado na Terra Indígena Xapecó/SC**, com as devidas correções sugeridas pela banca de defesa.

Florianópolis, 3 de Julho de 2019.

Assinatura manuscrita em tinta preta, sobre uma linha horizontal.

Orientador (a)

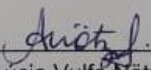


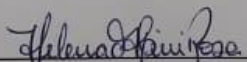
Universidade Federal de Santa Catarina
Centro de Filosofia e Ciências Humanas
Curso de Graduação em História

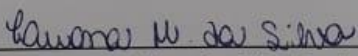
ATA DE DEFESA DE TCC

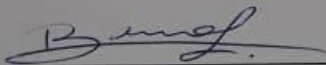
Aos dezenove dias do mês de junho do ano de dois mil e dezenove, às 08 horas e 30 minutos, na Sala 10 do Departamento de História, reuniu-se a Banca Examinadora composta pelos seguintes membros, Profª. Drª: Ana Lúcia Vulfe Nötzold (Orientador(a) e Presidente); Profª. Drª: Helena Alpini Rosa (Titular); Msc Luana Máyra da Silva (Suplente), designados pela Portaria Tcc nº 58/HST/CFH/2019, a fim de arguirem sobre o Trabalho de Conclusão de Curso da Acadêmica Bruna Gama Gavério, intitulado: **"DIMINUI A ARAUCÁRIA A SAÚDE ENFRAQUECE O intervencionismo de estado na Terra Indígena Xapecó/SC"**. Aberta a Sessão pelo(a) Senhor(a) Presidente, a Acadêmica expôs o seu trabalho. Terminada a exposição dentro do tempo regulamentar, a mesma foi arguida pelos membros da Banca Examinadora e, em seguida, prestou os esclarecimentos necessários. Após, foram atribuídas, pelos membros da banca as seguintes notas, Profª. Drª: Ana Lúcia Vulfe Nötzold, nota 8,0, Profª. Drª: Helena Alpini Rosa, nota 8,0, Msc Luana Máyra da Silva, nota 8,0, sendo a acadêmica aprovada com a nota final 8,0. A acadêmica deverá entregar na Coordenadoria do Curso de Graduação em História em versão digital, o Trabalho de Conclusão de Curso em sua forma definitiva, até o dia 10 de julho de 2019. Nada mais havendo a tratar, a presente ata será assinada pelos membros da Banca Examinadora e pela candidata.

Florianópolis, 19 de junho de 2019


Profª. Drª: Ana Lúcia Vulfe Nötzold (Orientador(a))


Profª. Drª: Helena Alpini Rosa (Titular)


Msc Luana Máyra da Silva (Suplente)


Bruna Gama Gavério (Acadêmica)

AGRADECIMENTOS

Fim de ciclos por vezes tornam-se momentos dolorosos, sofridos, cansativos e sem dúvidas intensos, mas são fins necessários para novos começos a serem trilhados. Para início de novos ciclos que estão por vir. Os caminhos e as escolhas que seguimos em busca de determinados objetivos, longos ou curtos, rápidos ou lentos movem nossos corpos e mentes a fim de conquistá-lo entre decepções e alegrias os ciclos continuaram a serem apresentados nessa jornada no Ayê.

Agradeço primeiramente aqueles que me permitiram chegar nesse momento, meus familiares carais, minha mãe Flávia que sempre esteve ao meu lado, apoiando cada escolha feita por mim, nos erros e nos acertos e em cada aprendizado ao qual passei.

Meu pai, nosso eterno “Kennedyzão” que não está mais entre nós, mas que mesmo com as mais adversas circunstâncias que nossa relação passou nunca deixou de falar e cantar aos quatro cantos o quanto era orgulhoso de ser meu pai.

Hoje percebo a sorte que tive em ter dois pais, José Carlos meu padrasto/pai. Digo sem hesitar nas palavras, se cheguei aonde estou foi devido ao seu amor e disponibilidade, da menina a mulher que sempre será sua filha. Talvez não seríamos tão iguais se fôssemos parente de sangue.

As minhas amigas/os, Carla, Larissa, Stela, Leo e Diogo que faço questão de colocar o nome de cada um, sendo vocês aqueles que sempre me alegram e me levantaram nos momentos em que mais precisei, nem mil agradecimentos seriam o suficiente!!!

As companheiras da convivência cotidiana, entre sorrisos, choros e conversas nas madrugadas a fora, Paola e Thays, experiências únicas e incríveis que passei com cada uma.

Amo vocês!

Não posso deixar de agradecer meus companheiros e companheiras de LABHIN nessa empreitada acadêmica, desde 2013, à família que criamos durante nossa convivência diária.

Agradeço, a professora Ana Lúcia que teve a paciência e todo o cuidado comigo durante esses longos anos, quase 7 anos juntas não é pouco!!

Às avaliadoras da banca, Helena Alpini Rosa, que cuidou e me guiou durante os anos como bolsista do LABHIN com um enorme carinho e sempre me ensinando em conversas calmas, tranquilas e sempre acompanhadas de um sorriso leve. À Luana Máyra da Silva que também fez parte desse meu crescimento acadêmico dentro do laboratório.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) que possibilitou a realização desta pesquisa através da bolsa de IC no projeto OBEDUC/1585.

Por último e um dos agradecimentos mais importantes, à minha mãe de santo Mãe Lurdinha. Me acolheu e abraçou mostrando novos caminhos e aprendizados a serem percorridos. À toda minha família de santo na Tenda Espírita Cantinho de Oxalá e Oxum.

Agradeço ao pai Oxalá por cada pessoa e desafios pelo qual passei. Que meu pai Ogum possa ser minha espada e escudo nas batalhas e minha mãe Iemanjá com seu acalanto, seu abraço e conforto para encarar de cabeça erguida aos fins e inícios que os ciclos da vida nos trazem!

RESUMO

A Terra Indígena Xapecó/SC é habitada majoritariamente pelo povo Kaingang, tendo também uma aldeia Guarani. Localiza na região oeste do estado de Santa Catarina, entre os municípios de Ipuacu e Entre Rios. A referida região passou por intensas modificações econômicas e ecológicas, que se intensificaram a partir do século XIX quando ocorreu o contato entre os indígenas e os colonos que chegaram à região. Devido à abundância de recursos naturais que o território histórico dos Kaingang possui, principalmente as matas de Araucárias, despertou o interesse econômico de muitos, ocasionando no decorrer dos anos acentuadas explorações de recursos naturais, resultando no esgotamento da fauna e da flora local. A diminuição da coleta do pinhão, por exemplo, que “era umas das práticas fundamentais dos Kaingang”, pois a concentração nutricional é significativa e necessária nas épocas mais frias. Em consequência dessa falta nutricional que esse alimento fornece, começou de forma gradual uma ocidentalização da alimentação procurada como alternativas de consumo alimentício. Isso passa a afetar diretamente na saúde e na configuração dos corpos do povo Kaingang, pois houve uma diminuição da área para procura dos “remédios e comidas do mato”. Com base na construção dos corpos para os Kaingang e como essa noção perpassa as questões da saúde indígena através de uma análise da maneira como se dá a percepção do território e a territorialidade para esse povo é intrinsecamente ligada à sua cosmovisão de mundo. Mesmo com o forte intervencionismo de Estado, por meio de órgãos específicos como o Serviço de Proteção aos Índios, as relações entre o modo de ser Kaingang e a terra continuam com laços estreitos na vivência e práticas culturais cotidianas.

Palavras-chave: Terra Indígena Xapecó; Kaingang; Extração Madeireira; Saúde.

ABSTRACT

The Xapecó / SC Indigenous Land is inhabited mostly by the Kaingang people, also having a Guarani village. It is located in the western region of the state of Santa Catarina, between the municipalities of Ipuacu and Entre Rios. The region underwent intense economic and ecological changes, which intensified from the 19th century when contact occurred between the Indians and the settlers who arrived in the region. Due to the abundance of natural resources that the historical territory of the Kaingang has mainly the Araucaria forests, it aroused the economic interest of many. During the course of the years, natural resources have been exploited, resulting in the depletion of local fauna and flora. The reduction of pinion collection, for example, "was one of the fundamental practices of the Kaingang", because nutritional concentration is significant and necessary in colder times. As a consequence of this nutritional lack that this food provides, a Westernization of the food began gradually, looking for alternatives of food consumption. This affects directly the health and the configuration of the bodies of the Kaingang people, because there was a decrease of the area for the search of the "medicines and foods of the bush". Based on the construction of the bodies for the Kaingang and how this notion pervades the issues of indigenous health through an analysis of the way in which the perception of territory and territoriality for these people is intrinsically linked to their worldview of the world. Even with strong state intervention, through specific organs such as the Indian Protection Service, relations between the Kaingang way of being and the land continue to be closely linked to everyday living and cultural practices.

Keywords: Indigenous Land Xapecó; Kaingang; Wood Extraction; Health

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Território Histórico dos povos indígenas meridionais.....	25
Figura 2: Aldeia Sede da Terra Indígena Xaçecó, 1947.....	35
Figura 3: Araucárias solitárias: os dias atuais da Terra Indígena Xaçecó/SC.....	36
Figura 4: Mapa do atual limite da Terra Indígena Xaçecó/SC.....	37
Figura 5: Documento de relação dos Postos Indígenas sob jurisdição da 7ª Inspeção Regional no Relatório Figueiredo	53
Figura 6: Documento da relação de denúncias contra Attilio Mazzalot – chefe do Posto Indígena Dr. Selistre de Campos.....	56
Figura 7: Perspectiva da cobertura florestal da Terra Indígena Xaçecó e Glebas A e B para os anos de 1975, 1985, 1995 e 2008.....	64

SIGLAS

AP – Antes do Presente

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CNPI – Conselho Nacional de Proteção aos Índios

CPI – Comissão Parlamentar de Inquérito

DEB – Diretoria de Educação Básica

FUNAI – Fundação Nacional do Índio

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IHGB – Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

IR7 – 7ª Inspeção Regional

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

LABHIN – Laboratório de História Indígena

PI – Posto Indígena

SC – Santa Catarina

SPI – Serviço de Proteção aos Índios

SPILTN – Serviço de Proteção aos Índios e Localização dos Trabalhadores Nacionais

TI – Terra Indígena

UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO 1 OS KAINGANG	22
1.1 Os Kaingang e a ligação com a terra	26
1.2 A Terra Indígena Xaçecó/SC	33
CAPÍTULO 2 INTERVENCIONISMO DE ESTADO E OS POVOS INDÍGENAS	41
2.1 Criação do Serviço de Proteção aos Índios e o contexto brasileiro	41
2.2 O intervencionismo de Estado e os Povos Indígenas	45
2.3 O SPI e a Terra Indígena Xaçecó/SC	51
CAPÍTULO 3 SAÚDE E ALIMENTAÇÃO NO CONTEXTO KAINGANG	58
3.1 Kaingang: Corpo e Natureza	58
3.2 Extração da Madeira e a Saúde Kaingang	60
CONSIDERAÇÕES FINAIS	68
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	71
FONTES ESCRITAS	75
FONTES ORAIS	76

INTRODUÇÃO

Antes de pensar em pesquisar sobre os Kaingang, mais especificamente, sempre tive interesse em literaturas referentes à história do Brasil, sobretudo de livros da literatura brasileira sobre finais do século XIX e início do século XX, com o romantismo e o modernismo. Essas leituras durante minha formação estudantil sempre foram incentivadas pelas professoras de história e de língua portuguesa, o que de certa forma me direcionou na escolha para o curso de história, e posteriormente surgiu o interesse em estudar a história indígena ao iniciar a graduação.

Ao iniciar a graduação em História pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) tive a oportunidade de participar das atividades realizadas pelo Laboratório de História Indígena (LABHIN), como bolsista de iniciação científica no projeto do Observatório da Educação (OBEDUC): “Ensino, Saberes e Tradição: elementos a compartilhar nas escolas da Terra Indígena Xaçupé/SC”. Financiada pela CAPES/DEB/INEP, o projeto começou no primeiro semestre de 2013, momento em que eu iniciava a segunda fase do curso de graduação.

Então ao executar as atividades relacionadas ao projeto tive a oportunidade através das saídas de campo para a Terra Indígena Xaçupé/SC de conhecer os Kaingang e sua cultura, experienciando e vivenciando o cotidiano dentro das escolas da comunidade. O meu interesse em estudar e me aprofundar sobre a cultura dos Kaingang impulsionou o início da minha trajetória dentro da pesquisa acadêmica. Acho importante colocar aqui o meu lugar de fala, enquanto não indígena e os privilégios que ao serem reconhecidos devam ser rompidos.

No começo do projeto passo a ter acesso à análise dos dados provenientes de instrumentos de pesquisa, passei a me interessar pela saúde e pela comida tradicional Kaingang. Como consequência do cotidiano dentro do laboratório de pesquisa com as reuniões e discussões de textos conjuntamente conhecendo trabalhos de pesquisadores que participavam do projeto OBEDUC/1585, iniciei a pesquisa acadêmica. Eu tive assim a oportunidade de dar início a um subprojeto, resultando no desenvolvimento do tema para esse Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). Senti que surgia de minha parte uma necessidade de conhecer e entender melhor a relação entre a saúde na cultura Kaingang e as práticas cotidianas do povo, analisando também as políticas de intervenção do Estado e como eram pensadas e elaboradas dentro das comunidades indígenas.

Sendo que as transformações da paisagem local e cotidiana foram um fator catalisador da minha motivação de pesquisa a partir de minhas experiências adquiridas na época de bolsista do OBEDUC. Os relatos dos professores indígenas sobre como eles e seus antepassados têm uma forte ligação com aquela região/território, sua fauna e flora, e como todo esse conjunto era de extrema importância para a cultura Kaingang.

Tendo também como horizonte a docência, outra motivação ao pensar a construção do projeto de pesquisa relacionado à temática indígena que acredito ser de extrema importância à inclusão dos debates étnicorraciais no âmbito da sociedade atual. Haja vista, os espaços de atuação profissional onde a temática necessita maior visibilidade como, por exemplo, a docência e a pesquisa agindo em concomitância na formação profissional de historiadores. Assim sendo “(...) se a escola hoje é pensada também como *locus* de formação dos valores humanísticos, éticos, sociais e políticos, é seu dever contribuir para o fim de qualquer tipo de preconceito e discriminação de ordem étnico ou racial; (...)”¹. No decorrer da minha graduação sempre priorizei a atuação de forma dialogal entre o Bacharel e a Licenciatura, que a meu ver são importantes para a formação acadêmica do historiador e do professor. Tendo como pressupostos de que há uma necessidade de desconstrução dos sentidos comuns que criam generalizações aflorando preconceitos em nossa sociedade como um todo e assim contribui apenas para o aumento das desigualdades.

Com a homologação da Lei 11.645/2008, “que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”², concluímos que há necessidade de se criar as condições de respeito e equidade, por meio da troca de conhecimentos e assim contribuir para outro projeto de sociedade, baseado na eliminação dos preconceitos étnicorraciais, na justiça e na igualdade social.

¹SILVA, Edson; SILVA, Maria da Penha. Cap 7 – Diversidades Étnicas no Brasil: Desafios Às Práticas Escolares. In: SILVA, Edson; SILVA, Maria da Penha. **A temática Indígena na Sala de Aula: reflexões para o ensino a partir da Lei 11.645/2008**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2013, p. 189.

²No Artigo 1 fica estabelecido em dois parágrafos que: “§ 1º O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil.”

“§ 2º Os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística e de literatura e histórias brasileiras.” Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2008/lei-11645-10-marco-2008-572787-publicacaooriginal-96087-pl.html>. Acessado em 25/08/2018.

Portanto, devido a essas reflexões, considero que a abordagem sobre a temática indígena e a problematização dos espaços que essa ocupa, poderemos desconstruir parte do conhecimento generalizante que está vinculada à mídia, isto é, a imagem do índio genérico e distante da realidade. E mostrar que sim, os povos indígenas são sujeitos de suas histórias e, além disso, estes foram e ainda são fundamentais nos diversos processos históricos durante a construção do Estado brasileiro. Tendo como objetivo geral uma breve análise sobre a visão construída sobre os povos indígenas e como esta permeou as ações do Estado brasileiro dentro dessas comunidades, a fim de desmistificar o senso comum do que é ser indígena atualmente.

Este Trabalho de Conclusão de Curso visa identificar a influência que a exploração dos recursos naturais na Terra Indígena³ (TI) Xapecó/SC e o intervencionismo de Estado através das políticas do Serviço de Proteção aos Índios (SPI) no cotidiano da vida dos Kaingang, em meados do século XX. Tendo como foco principal as questões entorno da extração da madeira, saúde e alimentação desse povo e suas práticas cotidianas.

A TI Xapecó/SC é habitada majoritariamente pelo povo Kaingang e se localiza na região oeste do estado de Santa Catarina, entre os municípios de Ipuauçu e Entre Rios. Desde meados do século XIX, a referida região passou por grandes modificações socioeconômicas e ecológicas desde o contato entre os indígenas e os colonos que chegaram à região, imigrantes europeus, na maioria de nacionalidade alemã e italiana, conseqüentemente o Estado precisava de cada vez mais terras. Logo, ao enraizarem o discurso pejorativo construído sobre as sociedades indígenas, suas terras foram diretamente atacadas para o uso de exploração da terra, com o intuito de produção agrícola extensiva, mas foi no século XX que essas mudanças se tornaram mais significativas.

As políticas direcionadas aos Kaingang, e para muitos outros povos indígenas, que acabavam delimitando seu território e deste modo diminuindo cada vez mais seu tamanho unindo ao objetivo principal que era a integração nacional do indígena para uso da sua mão de obra dentro do sistema de produção capitalista. Principalmente por abundância de recursos naturais como o território histórico dos Kaingang, as matas de Araucárias, despertaram o interesse econômico de terceiros.

Durante os anos de intensas explorações de recurso naturais, o esgotamento da fauna e da flora, começou de forma gradual uma ocidentalização da alimentação procurando como

³Inicialmente asseguradas pelo Estatuto do índio de 1973 como Reservas, as Terras Indígenas passam a serem categorias jurídicas, afirma Brighenti, após a Constituição Federal de 1988 quando elas passam a ser bens da União como “inalienáveis, indisponíveis e imprescritíveis”, de acordo com o artigo 231. BRIGHENTI, Clovis A. Terras Indígenas em Santa Catarina. In: NÖTZOLD, Ana Lúcia V; ROSA, Helena Alpini; BRINGMANN, Sandor Fernando (orgs). **Etnohistória, História Indígena e Educação**. Porto Alegre: Pallotti, 2012, p. 159.

alternativas de consumo alimentício produtos industrializados dos comércios regionais. Isso passa a afetar diretamente na saúde e na configuração dos corpos do povo Kaingang⁴. Com base na construção dos corpos para os Kaingang e as questões da saúde indígena que vê uma fundamental ligação com seu território histórico tradicional, “local onde o umbigo está enterrado”⁵ que a cosmovisão do povo concebe.

Partindo da ação do Estado através das políticas desenvolvimentistas efetuadas no decurso do contato estabelecido com as populações indígenas, as mudanças socioeconômicas, culturais e ambientais se intensificaram.

Logo veremos como as violências simbólicas e físicas cometidas mediante o intervencionismo de Estado e a sociedade envolvente na introdução de um modelo de trabalho na lógica da produção capitalista. Assim como formas de sobrevivência e resistência os indígenas adaptaram e ressignificaram suas práticas culturais, seus costumes e modo de vida, principalmente no que se refere à dieta alimentar e na saúde do povo. Ademais não podemos deixar de mencionar a dinamicidade que existe dentro do sistema da própria cultura, sobretudo quando há trocas constantes entre diferentes grupos humanos⁶.

As visões construídas sobre os indígenas, seja na literatura romantizada ou na historiografia brasileira, é a imagem de que os povos originários não passavam de empecilho ao atraso do desenvolvimento da nação, esta corrente de pensamento determinou o rumo de muitas políticas desenvolvimentistas do Governo direcionadas às populações indígenas. Então a movimentação para transformar o índio em um trabalhador rural e “integrado a nação” só daria maior força para a dominação exercida pelos grupos oligárquicos findando seus interesses econômicos e políticos. Gerando uma forte opressão havendo assim uma exploração da mão de obra indígena, com o trabalho compulsório.

Com a instalação do Posto Indígena⁷ (PI) em 1941 dentro da área povoada pelos Kaingang, essas mudanças ocorreram de forma mais intensa do que em períodos anteriores passando extensivas horas de trabalho nas lavouras do posto e as instalações de serrarias que lucraram exorbitantemente com a extração da madeira e seu comércio.

⁴OLIVEIRA, Philippe Hanna de Almeida. **Comida forte e comida fraca: alimentação e fabricação dos corpos entre os Kaingáng da terra indígena Xapecó** (Santa Catarina, Brasil). Florianópolis, 2009. ix, 142 p. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Florianópolis, 2009, p. 60.

⁵BRIGHENTI, Op. Cit, 2012, p. 260.

⁶LARAIA, Roque de Barros. **Cultura – Um Conceito Antropológico**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997, p. 105.

⁷Os postos indígenas eram usados como pontos de “atração” e “pacificação” dos povos indígenas na região que eram instalados, usados então como uma forma de centralizar, circunscrever determinada comunidade em um espaço de terras, facilitando para o Estado realizar o controle social deles. Disponível em: pib.socioambiental.org/pt/Servi%C3%A7o_de_Prote%C3%A7%C3%A3o_aos_%C3%8Dndios_SPI.

Ao aprofundar o olhar para os estudos referentes ao tema da história indígena não podemos ignorar as diversas perspectivas de correntes historiográficas acerca da temática. Por sua vez, a direção das escolhas nesse estudo vai em busca de diálogos interdisciplinares, principalmente entre a história, a antropologia e a arqueologia. Denominada como etnohistória, é uma metodologia de análise das categorias nativas usadas por povos não ocidentais⁸ no seu desenvolvimento enquanto sociedade.

Assim a história indígena e a etnohistória vem na quebra de certos paradigmas da disciplina histórica, rompendo com a visão evolutiva e linear, exaltada na construção historiográfica e dos escritos antropológicos principalmente em meados do século XIX. Baseados em um modelo ocidental, unilinear e cientificista de pensar a história, assim concebiam seus estudos na forma da “ideia de comparação entre as sociedades humanas por meio de seus costumes”⁹ tendo como apoio uma visão única da história da humanidade.

As sociedades europeias dos séculos XV e XVI passaram por diversas reformas sociais e econômicas, principalmente após a colonização das Américas. Momento da história esse em que predominou a ideia da superioridade do explorador e colonizador como aborda Hartog¹⁰ ao analisar o pensamento de Chateaubriand, um dos muitos viajantes que escreveram sobre a sociedade ocidental fazendo comparações com os povos ameríndios a fim de encontrar certo “estado de natureza do homem”, indicando a um passado distante. Assim denominaram os povos nativos das Américas como os “sem passado” e/ou sem história.

Os processos de colonização nas Américas tinham como base o movimento da exploração econômica do local aos quais os europeus destinavam suas atividades. Conjuntamente a isso foi sendo construído um imaginário social sobre os povos que aqui já viviam predominando a ideia da superioridade do explorador e colonizador, ganhando como reforço os estudos da historiografia positivista, imprimindo uma concepção evolucionista¹¹ onde acreditavam que os diversos grupos da humanidade alcançariam o estado positivo de forma linear de desenvolvimento humano, constituído apenas por um regime de historicidade,

⁸OLIVEIRA, Jorge E. Sobre os conceitos de etnohistória e história indígena: uma discussão ainda necessária. **Associação Nacional de História/ANPUH – XXI Simpósio Nacional**. João Pessoa, 2003, p. 02-03.

⁹DA MATTA, Roberto. Antropologia e história. In: **Relativizando: uma introdução a antropologia social**. RJ: Rocco, 2010, p. 93.

¹⁰HARTOG, François. Chateaubriand: entre o antigo e o novo regime de historicidade. In: **Regimes de historicidade: presentismo e experiências no tempo**. BH: Autêntica, 2013, p. 96-98.

¹¹CUNHA, Manuela Carneiro da. Introdução a uma história indígena. In: _____. **História dos Índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, Secretaria Municipal de Cultura, 1992, p. 11.

aquele que foi concebido pelo pensamento ocidental de experiência/vivenciar¹² o tempo e o espaço.

Assim buscamos contribuir para a construção de um pensamento crítico e de combate às diversas formas de preconceitos e opressões voltadas aos povos indígenas, procurando aprofundar o conhecimento sobre seus modos de vida e compreensão do mundo que acompanha a concepção de sua identidade étnicocultural. Atentando para as formas de violências simbólicas e físicas cometidas pelas instituições do Estado contra as comunidades, seja pelas ações intervencionistas ou pela sociedade envolvente e o conflito sobre as terras que veio a tornar-se destaque nas relações entre política e sociedade por todo continente. Podemos ver que essa reprodução da violência contra os povos nativos ocorreu por toda a América Latina através do colonialismo discutido por Aníbal Quijano.

O processo de homogeneização dos membros da sociedade imaginada de uma perspectiva eurocêntrica como característica e condição dos Estados-nação modernos, foi levado a cabo nos países do Cone Sul latino-americano não por meio da descolonização das relações sociais e políticas entre os diversos componentes da população, mas pela eliminação massiva de alguns deles (índios, negros e mestiços). Ou seja, não por meio da democratização fundamental das relações sociais e políticas, mas pela exclusão de uma parte da população. Dadas essas condições originais, a democracia alcançada e o Estado-nação constituído não podiam ser afirmados e estáveis.¹³

Diferentes perspectivas de pensar a história encontraram abertura a partir dos movimentos historiográficos desde a Escola dos Annales e que passaram a surgir compreensões e construções da escrita da história como processos nos quais aparecem novas perspectivas e noções da multiplicidade do tempo. Pensando também por intermédio de uma história antropológica o diálogo entre as ciências humanas a partir de alguns autores busco pensar na relação dessas duas disciplinas mencionadas inicialmente no texto com a intenção de pensar como colocado por Sahlins uma análise da estrutura da conjuntura¹⁴. Assim podendo atentar as temporalidades e os regimes de historicidades do povo Kaingang e sua vivência dentro dela, como a constituição e a construção de seus corpos por meio de sua alimentação e saúde como um todo, suas permanências e transformações.

¹² KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado**. Contribuições à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006, p. 171-178.

¹³ QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, E. **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais**. Perspectivas latino-americanas. Colección SurSur, CLACSO, Buenos Aires, 2005, p. 133.

¹⁴ SAHLINS, Marshall. **Metáforas históricas e realidades míticas: estrutura nos primórdios da história do reino das ilhas Sandwich**. Rio de Janeiro: Zahar, 2008, p. 125.

É possível definir história como um conceito universal, já que a experiência comum da passagem do tempo é consensual, mas também particular: na dimensão dos eventos e quando o acontecimento é culturalmente valorizado. A história pode, ainda, ser tomada como uma disciplina, ou como uma categoria fundamental. Nesse último sentido, e nos termos de Durkheim, estaríamos lidando com uma “categoria base do entendimento”, um a priori: não há sociedade que não construa sua noção de tempo, mas cada cultura a realiza empiricamente de forma diversa¹⁵.

Dentro da História Cultural podemos encontrar estes estudos e debates acadêmicos, relacionados à história indígena e à etnohistória, esta última utilizada como aporte teórico-metodológico.

Adentrando as teorias de decolonialidade do poder se evidencia sobre as mais diferentes racionalidades e suas articulações com os sistemas mundo¹⁶, pensando de que forma foi construído esse passado e sendo que carregam nos escritos tais lacunas.¹⁷ É possível pensar questões para a história indígena, nesse caso a história do povo Kaingang, a partir de uma perspectiva de longa duração e é fundamental para refletir sobre o processo histórico estudado no tempo presente.

Usar na composição da reflexão uma visão da arqueologia, antropologia e história como parte da história indígena é desmistificar e desconstruir os estereótipos idealizados, com os mais diversos interesses imbricados, utilizando e fazendo as análises de uma forma crítica, um pensamento crítico. Tendo como política e consciência histórica “que as sociedades indígenas pensaram o que lhes acontecia em seus próprios termos, reconstruíram uma história de mundo em que pensavam.”¹⁸ Sendo assim devemos entender o quão este movimento é um trabalho constante que está por ser feito como a autora menciona em seu texto, a história indígena escrita pelos indígenas.

Usando autores que aqui estão citados e nos capítulos seguintes tem-se respaldado o conceito de agência, reconhecendo o indígena como um agente histórico, em ação que, portanto, partindo dessa conjuntura conclui que “não há sociedades sem história”¹⁹ ao contrário do que o pensamento eurocentrado buscava afirmar sobre os povos nativos americanos, com a ideia de superioridade do ocidente e de sua forma de sociedade. É possível

¹⁵SCHWARCZ, Lilia. **Questões de fronteiras: Sobre uma antropologia da história**. Novos Estudos Cebrap, 2005, p. 120.

¹⁶QUIJANO, Aníbal. “Colonialidad y Modernidad-racionalidad”. In: BONILLO, H. **Los conquistados**. Bogotá: Tecer Mundo Ediciones, FLACSO, 1992, p. 02-04.

¹⁷DOSSE, François. História do tempo presente e Historiografia. **Tempo e Argumento**. Florianópolis, v. 4, n. 1, 2012, p. 12-13.

¹⁸CUNHA, Op. Cit, 1992, p. 19.

¹⁹Ver LÉVI-STRAUSS, Claude. **Introdução: história e etnologia**. In: Antropologia Estrutural. São Paulo: Cosac Naify, [1976] 2102, p. 11-40.

perceber que diferentes noções de tempo e temporalidades serão vistas a todo o momento, em uma linha tênue entre elas, não nos limitando em uma única temporalidade

Utilizando-se desse encontro entre as disciplinas citadas podemos visualizar na etnohistória incluindo aqui o uso da linguística²⁰, pois as pesquisas feitas em todos esses campos contribuem na forma de levantar reflexões acerca dos povos indígenas a partir de uma concepção descolonizante. Como se entende a história enquanto um processo, não será deixado de lado as relações de forças e poder entre o não indígena e o indígena estabelecidas através do Estado nacional com um intuito exploratório.

Levando em conta a importância que a memória se apresenta na cultura Kaingang, como transmissor de seus valores e práticas culturais enquanto um povo, agregando todas as permanências e transformações ao longo de todo o processo histórico vivenciado por eles. As discussões como a identidade social e memória são pertinentes à pesquisa, devemos atentar para a ligação entre as duas como uma elaboração a partir de percepções da realidade, tanto individual, quanto coletiva formando as noções de memória²¹. Como destacado pelo mesmo autor, essa constituição da memória gera o sentimento de pertencimento ao grupo em conjunto a determinadas projeções, pois a “memória é seletiva”²². Não só Pollak, mas também Ricoeur vê uma fenomenologia da memória. Este vincula a memória à temporalidade da condição humana²³, uma experiência humana no tempo.

Não caindo no erro da ideia na qual a história indígena começa somente após a colonização e invasão das terras ameríndias. Podemos então contrapor a ideia da historiografia brasileira, constituída inicialmente com uma ideologia que visava à eliminação da participação das sociedades indígenas na história do país através da imposição do modo de trabalho. Tanto o uso da sincronia quanto da diacronia para uma melhor análise e entendimento dos diferentes regimes de historicidades dos povos indígenas²⁴, procurando na escrita às percepções de tempo e espaço que permeiam as relações sociais ali estabelecidas.

No capítulo 1 intitulado **Os Kaingang**, por meio de relatos etnográficos elaborados por viajantes, é analisada a relação que esse povo construiu com a terra. Assim o entendimento da dimensão que um território histórico tradicional significa para os Kaingang e a forma como é dada essa perspectiva da espacialidade dentro de uma temporalidade

²⁰SCHWARCZ, Op. Cit, 2005, p. 123. Mesmo que não utilizaremos de forma direta os estudos linguísticos, esses fazem parte de um campo bem importante na área da história indígena e suas reflexões.

²¹POLLAK, Michael. Memória e identidade social. In: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro; Edições Vértice, vol.5, n.10, 1992, p. 200-202.

²²Idem.

²³RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Trad: Alain François [et al.]. – Campinas/SP: Editora da UNICAMP, 2007, p. 40-60.

²⁴SAHLINS, Op. Cit, p. 19-20.

perpassando pela mitologia do povo e das categorias nativas pertinentes à saúde e alimentação, bem como a visão do homem e do meio se relacionam. Além de abordar o passado histórico arqueológico desse povo e as trajetórias migratórias de seus ancestrais, também contextualizando os processos vividos na Terra Indígena Xapecó/SC.

O capítulo 2 denominado **Intervencionismo de Estado: a extração da madeira e a saúde indígena** busca mostrar as ações intervencionistas pelas políticas do SPI com os povos indígenas e sua dinâmica dentro da Terra Indígena Xapecó. As fontes baseiam-se em atas de reuniões, boletins de denúncias transcritas no Relatório Figueiredo, além do acervo de entrevistas de história oral com indígenas e não indígenas, disponíveis em áudio e transcritas no acervo do LABHIN.

O capítulo 3, **Saúde e alimentação no contexto Kaingang** aborda uma reflexão sobre a construção dos corpos para os Kaingang e como essa noção de pessoa perpassa por algumas das questões da saúde, que concerne sua visão de mundo e suas relações culturais entre homem e natureza. Compondo também a análise de políticas indigenistas acionadas por meio do intervencionismo do Estado na comunidade, como por exemplo, a extração da madeira e as formas que esta interfere na saúde indígena nas aldeias. Através das instalações das serrarias que por meio da exploração foi transformando a paisagem local ressignificando o modo de alimentação e saúde concebido pelos Kaingang.

CAPÍTULO 1 OS KAINGANG

Iniciamos este capítulo apresentando nossos sujeitos/agentes presentes neste estudo, o povo Kaingang.

Atualmente no Brasil a população indígena passa de 810 mil indivíduos. Hoje no país são 305 povos e 274 línguas indígenas que são classificadas em tronco e famílias linguísticas²⁵, os Kaingang pertencem ao Tronco Linguístico Macro-Jê e da família Jê na classificação linguística. Nos dias atuais o povo Kaingang é a terceira maior população indígena no Brasil e consta aproximadamente 30 mil pessoas. Temos distribuída pela região considerada território histórico tradicional Kaingang mais de 30 Terras Indígenas Kaingang²⁶.

Seu território histórico tradicionalmente ocupado encontra-se nas partes mais altas de quatro estados brasileiros, sendo eles: São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, localizados em geral nas regiões de planaltos, extensão onde as matas de Araucárias²⁷ predominavam as paisagens.

Pesquisas arqueológicas realizadas em áreas de ocupação Kaingang desvendam que a passagem de povos falantes da língua Jê sobre as regiões de planalto é muito antiga. Há nas pesquisas arqueológicas duas correntes de pensamento, mas como aborda Corteletti é preciso vê-las como complementares, assim sendo, uma delas segue a lógica de “continuidade histórica entre os vestígios arqueológicos e as populações atuais (Kaingang e Xokleng)”²⁸ e a segunda está preocupada em mostrar “a dispersão de uma nova tecnologia (a produção da cerâmica da Tradição Taquara-Itararé)”²⁹.

Partindo dos vestígios arqueológicos, pesquisadores chegaram a analisar as trajetórias dos Jê Meridionais como fruto de uma forma de mobilidade, que acompanhavam a transição climática. Devemos ter em mente que nas localidades de planalto “só durante um período do ano estão disponíveis as sementes de Araucárias e saborosas frutas do mato, que atraem

²⁵ Ver em <http://www.funai.gov.br/index.php/indios-no-brasil/quem-sao?limitstart=0#>. Acessado em 14/05/2018.

²⁶ Ver em <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Kaingang>. Acessado em 28/11/2018.

²⁷ D'ANGELIS, Wilmar da Rocha. Para uma história dos índios do oeste catarinense. In: **Cadernos do CEOM: CEOM 20 anos de memória e Histórias do Oeste de Santa Catarina**. Chapecó: Argos, 2006. Ano 19, nº 23, p. 268.

²⁸ CORTELETTI, Rafael. Capítulo 1: Os Jê Meridionais e a Tradição Taquara-Itararé. In: **Projeto arqueológico Alto Canoas-Paraca. Um estudo da presença Jê no planalto catarinense**. Tese de Doutorado PPGArq: USP, 2012, p. 05.

²⁹ Idem.

animais e servem de complemento proteico para a alimentação humana”³⁰. Por conseguinte, é possível encontrar registros de queima do carvão antes de quatro (04) mil anos.

Muitas ocupações são classificadas como passageiras devido a essa mobilidade que segue as estações quentes e frias. As pesquisas de Schimitz e Rogge mostram que há regiões onde são encontradas casas subterrâneas, que são associadas à ocupação Jê Meridional, com datas há pelo menos 8.000 anos A.P.³¹, então temos como característica da consolidação do povoamento no planalto em conjunto com a expansão dos pinheiros, portanto existindo certa aglomeração de casas subterrâneas em um curto espaço de território.

No mapa abaixo podemos observar onde estão localizadas e distribuídas as ocupações no território histórico tradicional Kaingang, nos estados da região sul. Aqui podemos ter uma ideia da extensão da territorialidade e movimentação dos Kaingang. Isso mostra a existência das redes de relações entre os diferentes povos indígenas, que possuem diferentes organizações sociais, de ocupação e de mobilidade. A forma como concebem seus territórios faz com que estabeleçam suas interações através dessa espacialidade.

No Brasil e também por toda a América temos uma diversidade social e cultural muito grande entre os povos ameríndios, isso passa refletir do mesmo modo em uma diversidade fundiária. A territorialidade segundo Paul Little tem um papel significativo na constituição de grupos sociais e com isso “as múltiplas sociedades indígenas, cada uma delas com formas próprias de inter-relacionamento com seus respectivos ambientes geográficos, formam um dos núcleos mais importantes dessa diversidade”³². Seguindo a reflexão do autor, o território faz parte de um produto histórico³³ constituído através de processos sociais e políticos.

³⁰ SCHMITZ, P e ROGGE, J. **Pesquisando a trajetória Jê Meridional**. Pesquisas Antropológicas, 70. São Leopoldo: IAP – UNISINOS, 2013, p. 30.

³¹ SCHMITZ e ROGGE, 2013, Op. Cit., 17-19. A sigla A.P. significa Antes do Presente, que é a referência de tempo, antes do ano de 1950, utilizada nas datações por radiocarbono nas pesquisas arqueológicas.

³² LITTLE, Paul. Territórios sociais e Povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade. In: **Anuário Antropológico / 2002-2003**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2004, p. 251.

³³ Ibid, p. 254.

Figura 1: Território Histórico dos povos indígenas meridionais.



Fonte: Mapa Etnohistórico de Curt Nimuendajú – 1944, adaptado e elaborado por Carina Santos de Almeida.

O contato entre os Kaingang e o não indígena ocorreu de forma tardia se compararmos com outros povos indígenas, isso não implica em dizer que não havia ocupações naqueles lugares. Entretanto foram denominados de vazios demográficos, moldando um discurso que favorecia a colonização destas terras, desconsiderando a presença e ocupação indígena.

Essa interação mais intensa ocorreu principalmente no século XIX devido às políticas de povoamento direcionadas para as regiões do Brasil meridional. Em concomitância podemos ver nesse mesmo período um crescimento dos estudos etnográficos realizados no país, sobretudo como apontado por Almeida a respeito daqueles que eram vinculados ao Instituto Histórico Geográfico Brasileiro (IHGB).

Para Varnhagen como para seus conviveres de Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) o que marca o limiar da história do Brasil é a chegada dos portugueses. Por outro lado, está implícito nas suas palavras qual era o lugar dos índios na narrativa de uma história do Brasil: o passado. O IHGB participou ativamente na formação de certos discursos sobre os índios e dispensou com a criação de uma seção de arqueologia e etnografia indígena o devido lugar para situar os trabalhos referentes aos índios do Brasil.³⁴

A partir das crônicas e etnografias escritas, principalmente, por estrangeiros ou agentes governamentais, as narrativas elaboradas usaram diferentes denominações sobre esse povo, como por exemplo, Botocudos, Gualachos, Guaianás, Guanhanás, Guñanas, Guayanazes, Chiquis, Pinares, Camés, Votorões. A mais conhecida e utilizada, por muitos etnógrafos, era a de Corados.

Telêmaco Borba em um dos seus escritos menciona ter sido o primeiro a utilizar a denominação Kaingang, em 1904. No entanto diante de uma discussão historiográfica referente à questão vemos o pesquisador Lúcio Tadeu Mota nos apresenta que:

Em 1865 os engenheiros Joseph e Franz Keller foram contratados pelo governo da província do Paraná para estudarem a navegabilidade dos rios Ivaí, Paranapanema, Tibagi e Iguaçu. Além dos relatórios técnicos (...) o Ministro da Agricultura, Jesuíno Marcondes, recomendou aos engenheiros alemães que fizessem uma descrição das populações indígenas que se encontravam nos vales desses rios. Em 1867 Franz Keller escreveu suas observações sobre os índios da província do Paraná (...). Sobre os Kaingang Franz Keller escreveu que eles eram chamados de Corados devido ao modo

³⁴ ALMEIDA, Carina Santos de. Tempo e Narrativa: os Kaingang na Etnografia e Etnologia e as Relações entre homem e Natureza. Contribuições para a Etnohistória e História Indígena. In: NÖTZOLD, Ana Lúcia V; ROSA, Helena Alpini; BRINGMANN, Sandor Fernando (orgs). **Etnohistória, História Indígena e Educação**. Porto Alegre: Pallotti, 2012, p. 322.

de tosar os cabelos em forma de coroa, e no seu contato com os Kaingang foi informado que: *A si mesmo dão hoje o nome de Caên-gagn, (...)*³⁵.

As diferentes denominações empregadas para referir-se ao povo Kaingang exibe uma visão criada sobre o “outro”, aquilo que é considerado “exótico” advindo de uma perspectiva ocidental e eurocentrada de mundo, com uma pressuposta ideia de organização social caracterizada pelo evolucionismo.

Ademais esta forma de construir a história, de forma linear e única, “relegou os indígenas ao passado exotizado e os africanos (as) e seus descendentes, a partir da perspectiva racial, como empecilhos ao progresso, sendo o papel civilizador assegurado pela presença branca.”³⁶ No estudo de Wittmann e Mortari afirmam que “no caso específico do Brasil, a ideia do desdobramento de uma civilização branca e europeia no Novo Mundo, ou nos trópicos, desqualificou as populações de origem africana e indígenas, consideradas opostas ao modelo”³⁷ que legitima uma racionalidade eurocentrada.

1.1 Os Kaingang e a ligação com a terra

O mito relato e descrito por Borba, foi publicado em 1908, tem como início da narrativa mitológica um dilúvio, ao qual “em tempos idos, houve uma grande inundação que foi submergindo toda a terra habitada por nossos antepassados. Só o cume da serra *Crinjijimbé* emergia das agoas”³⁸. Por consequência, houve aqueles que se afogaram com a inundação e outros que acharam locais seguros em cima de árvores e montes. Na continuação do mito acontece o renascimento a partir do reaparecimento de dentro da terra, resultando no que deu origem aos dois irmãos, constituindo as duas metades exogâmicas e complementares, que são chamadas de *Kamé* e *Kanhru*.

Os *Caingangues*, *Cayrucrés* e *Camés* nadavam em direção a Ella levando na bocca achas de lenha incedidas. Os *Cayrucrés* e *Camés* cançados, afogaram-se suas almas, foram morar no centro da serra. Os *Caingangues* e alguns poucos *Curutons* alçaram a custo o cume de *Crinjijimbé*, onde ficaram, uns no solo, e outros, por exiguidade de local, seguros aos galhos de árvores; (...) e allí passaram muitos dias (...) quando ouviram o canto das

³⁵ MOTA, Lúcio Tadeu. A Denominação Kaingang na Literatura Antropológica, Histórica e Linguística. In: TOMMASINO, Kimiye; MOTA, Lucio T; NOELLI, Francisco Silva (orgs). **Novas Contribuições aos Estudos Interdisciplinares dos Kaingang**. Londrina: Eduel, 2004, p. 09.

³⁶ MORTARI, Cláudia; WITTMANN, Luisa Tombini. Histórias compartilhadas propostas universitárias de conhecimentos universitários. **Revista Per Cursos**, Florianópolis, v. 19, n.39, 2018 p. 156-157.

³⁷ Idem.

³⁸ BORBA, Telêmaco M. **Actualidade Indígena (Paraná, Brazil)**. Curitiba: Imprensa Paranaense, 1908, p. 20.

saracuras que vinham carregando terra em seus cestos, lançando-a à agoa que se retirava lentamente.³⁹

Este trecho do mito foi registrado pelo etnógrafo em fins do século XIX entre os Kaingang que residem na região de Guarapuava no Paraná. Visto que as duas últimas décadas desse período foram de intensa troca de relações sociais entre os Kaingang e alguns viajantes, contratados para realizarem o reconhecimento e cartografias das terras da região sul, colaborando assim para a execução das frentes de expansão e das políticas de imigração europeia.

Para os Kaingang fazer parte de um território histórico tradicional transpõe a sua cosmovisão, o ato de pertencer àquele local molda toda a estrutura base da construção de sua identidade, o princípio motor dos ciclos de vida Kaingang. Vemos que a partir do mito de origem essa conexão torna-se fundamental para este povo, desde o seu ser na identidade e cultura, onde ambas dispões de uma dinamicidade apoiada nas relações intersubjetivas em articulações de diversas racionalidades de mundos e ex-mundos⁴⁰, pelo qual perpassou os processos históricos vivenciados, até o sentimento de pertencer àquele local e também àquela comunidade.

O mito de origem Kaingang apresenta o nascimento do povo, como surgiram e foram ensinadas as suas práticas cotidianas culturais, estabelecidas no tempo-espaco através de suas experiências enquanto sociedade. O modo de ser Kaingang, o pertencer à terra, os ciclos do nascimento, vida e morte dentro da temporalidade e percepção desse povo, são significativos de seu modo de ser.

Neste estudo analisamos o mito publicado por Telêmaco Borba (1908) e Curt Nimuendajú (1913). A importância do surgimento do povo Kaingang é fundamental para compreender o ser Kaingang e seu modo de vida.

Nascido em 1840 no estado do Paraná, Telêmaco Borba foi administrador do aldeamento São Pedro de Alcântara⁴¹ onde iniciou a sua trajetória nos estudos etnográficos⁴². Já Nimuendajú nasceu na Alemanha e se naturalizou brasileiro, chegando no Brasil por volta de 1903. Seus trabalhos etnográficos proporcionaram a organização de uma coleção

³⁹ Idem.

⁴⁰ QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, E. **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais**. Perspectivas latino-americanas. Colección SurSur, CLACSO, Buenos Aires, 2005, p. 124.

⁴¹ Em conjunto Borba também assume a administração do aldeamento de São Jerônimo.

⁴² Sobre Telêmaco Borba ver em: VANALI, Ana C. **O botocudo tibagyano**: análise sobre os registros etnográficos de Telêmaco Borba. Curitiba: SAMP, 2013, p. 17-56.

significativa para o estudo da história indígena no país. Publicou várias monografias sobre diferentes povos indígenas e entre eles, um importante estudo sobre os Kaingang⁴³.

Dado que as concepções de propriedade para as sociedades ocidentais diferem radicalmente da forma de como os indígenas concebem o território. Onde em sua maioria “as práticas e relações sociais e simbólicas com o ambiente tecidas pelas sociedades estão norteadas pelas concepções nativas de tempo e de espaço a partir de suas visões de mundo”⁴⁴, construindo assim as próprias categorias de pensamento, neste caso as categorias do povo Kaingang. Mas vemos que “a questão fundiária no Brasil (...) se torna uma problemática centrada nos processos de ocupação e afirmação territorial, os quais remetem, dentro do marco legal do Estado, às políticas de ordenamento e reconhecimento territorial”⁴⁵. Observamos que nesse processo foi havendo uma diminuição gradual de toda a mobilidade Kaingang pelo território histórico devido a maneira como o Estado encaminhou a questão fundiária no país.

Uma das características dos grupos Kaingang é a flexibilidade de seus padrões de ocupação territorial. Muitos foram removidos parcial ou integralmente de suas terras. (...) A história do contato dos Kaingang foi caracterizada (...) pela definição-oficialização de territórios Kaingang. Tal processo não resultou na sedentarização plena dos grupos. (...) O processo de contato, (...), proporcionou o aumento dos grupos sociais, (...), as quais emergiram no contexto da retração-definição dos limites físicos e simbólicos do território. A experiência do contato vivida pelos Kaingang engendrou tal processo de redefinição dos limites físico e simbólicos do território.⁴⁶

Assim a construção da identidade Kaingang está intrínseca à forma como se relacionam e veem a terra, evidenciando seu modo de pensar através de sua origem. Mas, exergamos também que há uma dinamicidade na forma dessa identidade Kaingang através dos processos históricos vivenciados. Conta na “tradição Kaingang (...) [que] os primeiros

⁴³ Disponível em: BARBOZA, Christina H. M. **História de ciências e tecnologia no Brasil**. RJ: Museu de astronomia e ciências afins, 2016, p. 127-141. http://etnolinguistica.wdfiles.com/local--files/biblio%3Afaulhaber-2016-curt/faulhaber_2016_curt.pdf. Acessado em: 10/09/2018.

⁴⁴ ALMEIDA, Carina Santos de. **Tempo, memória e narrativa kaingang no oeste catarinense: a tradição kaingang e a proteção tutelar no contexto da transformação da paisagem na terra indígena Xaçecó**. 2015. 542 p. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Florianópolis, 2015, p. 63.

⁴⁵ LITTLE, 2004, Op. Cit, p.252.

⁴⁶ FERNANDES, Ricardo Cid. **Autoridade política Kaingang: um estudo sobre a construção da legitimidade política entre os Kaingang de Palma/Paraná**. Dissertação (mestrado em Antropologia) – PPGAS/UFSC. Florianópolis, 1998, p. 48-49.

desta nação saíram do chão, por isso eles tem cor de terra”⁴⁷, esses teriam ido morar na serra após o dilúvio, onde que logo em seguida:

Às saracuras (...); em pouco tempo chegaram com a terra ao cume, formando como que um açude, por onde saíram os *Caingangues* que estavam em terra, os que estavam seguros aos galhos das arvores, transformaram-se em macacos e os *Curutons* em bugios. (...) Os *Cayurucrés e Camés*, cujas almas tinham ido morar no centro da serra, principiaram a abrir caminho pelo interior della; depois de muito trabalho chegaram a sahir por duas veredas.⁴⁸

O mito Kaingang do dilúvio expõe metaforicamente, uma sociabilidade dos homens entre si e com o meio ambiente. Usando como referência a terra mítica, associando com as terras de planalto — locais preferenciais para edificar seus emã⁴⁹. que seria a aldeia da qual o indivíduo iniciou sua trajetória de vida.

Por meio desse trecho podemos ver a presença da dualidade que existe na visão de mundo da cultura Kaingang, aqueles representados pelos irmãos *Kamé* e *Kainhru*⁵⁰. Assim nesse estudo, também utilizamos o mito descrito no livro *Mitos e Lendas Kaingang*⁵¹ em conjunto com os relatos etnográficos. Que “segundo os mais velhos (...) quando o sol estava nascendo, a terra se abriu formando um buraco e nasceu (...), olharam e viram o arredondado do sol e deram ao grupo o nome de *kanhru*”⁵² e depois nasce o grupo de nome *Kamé*.

Assim as categorias de pensamento Kaingang em nível de representações tem o mito como base⁵³ para as relações sociais. Por isso “dizer de uma história que ela é mitológica, (...), não significa que ela contenha erros ou omissões, (...), mas implica, isso sim, que ela

⁴⁷ NIMUENDAJÚ, Curt. Primeira parte: Os Kaingang. In: _____. **Etnografia e indigenismo:** sobre os Kaingang, os Ofaié-Xavante e os índios do Pará. Campinas/SP: EDUNICAMP, 1993 [1913], p. 58.

⁴⁸ BORBA, 1908, Op. Cit., 20-21.

⁴⁹ TOMMASINO, Kimiye. A ecologia dos Kaingang da Bacia do rio Tibagi. In: MEDRI, Moacyr E. [et al.]. **A Bacia do Rio Tibagi.** Londrina/PR: M.E. MEDRI, 2002, p. 84. Segundo a autora, os emãs seriam aldeias das quais o indivíduo Kaingang teria como início sua trajetória de vida, o local do “umbigo enterrado” de nascimento.

⁵⁰ Que no mito descrito na etnografia de Telemaco Borba está como Cayurucrés.

⁵¹ NÖTZOLD, Ana Lúcia; MANFROI, Ninarosa M. da Silva (orgs). **Ouvir Memórias, Contar Histórias: Mitos e Lendas Kaingang.** Santa Maria: Pallotti, 2006. Este livro conta com autores Kaingang da Terra Indígena Xapecó, em um projeto realizado pelo Laboratório de História Indígena/LABHIN-UFSC, coordenado pela professora Dr^a Ana Lúcia em conjunto com Ninarosa M. da Silva Manfroi organizaram esta produção que é também bilíngue: Kaingang-Português.

⁵² NÖTZOLD, Ana Lúcia; MANFROI, Ninarosa M. da Silva (orgs). **Ouvir Memórias, Contar Histórias: Mitos e Lendas Kaingang.** Santa Maria: Pallotti, 2006, p. 22.

⁵³ CUNHA, Manuela Carneiro da. **Cultura com aspás e outros ensaios.** São Paulo: Ubu Editora, 2017, p. 16. A autora analisa sobre as categorias de pensamento Canela (Ramkokamekra) e as representações das relações sociais desse povo que são baseadas no mito de origem do homem branco.

transborde de sentido, um sentido que lhe é anterior, já que remete a uma classificação, a uma ordem que preexiste e o determina. ”⁵⁴

Através da dualidade entre as metades exogâmicas que “não há nada neste mundo fora da terra, dos céus, da água e do fogo, que não pertença ou ao clã de Kañeru ou ao clã de *Kamé*”⁵⁵ a ligação com a terra está relacionada com o momento em que saíram do buraco na terra simbolizando um nascimento, o início de um ciclo e finalizando este período do ciclo de vida Kaingang é para ela que irão voltar⁵⁶.

No momento em que as políticas de concentração dos povos por meio dos aldeamentos vão diminuindo a mobilidade territorial, o processo de sedentarização, novas formas de se relacionar no tempo-espaço vão surgindo e se moldando culturalmente, pois “cada sistema cultural está sempre em mudança”.⁵⁷

Outro ponto dessa relação que faz parte da identidade étnica dos Kaingang das “histórias passadas dos mais velhos aos mais novos, as tradições, os costumes e mitos, ajudam a fornecer a esses indígenas um sentimento de pertença. (...) Conhecer o passado de seu povo, na diversidade de sua cultura e na riqueza de seus mitos”⁵⁸. Esse dualismo para “os Kaingang apresenta vínculos estreitos entre suas práticas cotidianas de organização ecológica com a organização social do grupo, ambas pautadas numa elaboração cultural oriunda da relação no tempo-espaço”⁵⁹, fundamentando assim o vínculo Homem e Meio. Então “O mito Kaingang do dilúvio expressa, em linguagem metafórica, uma sociabilidade tanto dos homens entre si quanto com o meio ambiente. Tomando-se como referência a geografia da terra mítica, percebe-se com clareza a associação com as terras de planalto”⁶⁰. Tal como aborda as autoras Almeida e Tommasino sobre como as relações sociais e simbólicas, entre o indivíduo e o ambiente, elas são direcionadas pelas concepções nativas do tempo-espaço.

Assim vemos como a “identidade, então, costura (ou ‘sutura’) o sujeito à estrutura. Estabiliza tanto os sujeitos quanto os mundos culturais que eles habitam, tornando ambos reciprocamente mais unificados.”⁶¹ Como tudo no mundo Kaingang, cada ser pertence a uma das metades e seu conjunto de práticas ritualísticas também segue a lógica de *Kamé* e Kanhru,

⁵⁴ Idem.

⁵⁵ NIMUENDAJÚ, 1993 [1913], Op. Cit, p. 59.

⁵⁶ Idem.

⁵⁷ LARAIA, Roque de Barros. **Cultura – Um Conceito Antropológico**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997, p. 105.

⁵⁸ NÖTZOLD; MANFROI (orgs), Op. Cit, p. 11.

⁵⁹ ALMEIDA, 2015, Op. Cit., p. 62.

⁶⁰ TOMMASINO, Kimiye. A ecologia dos Kaingang da Bacia do Rio Tibagi. In: Moacyr E. Medri [et al.]. **A bacia do rio Tibagi**. Londrina/PR: M. E. Medri, 2002, p. 84.

⁶¹ HALL, Stuart. **Identidade cultural da Pós-Modernidade**. 10ª edição, DP&A editora, 1992, p. 12.

como por exemplo, é o ritual do *Kiki*, o culto aos mortos⁶², seria o final do ciclo de vida Kaingang. Ritual este que foi e é um elemento muito importante da vida espiritual, se pensar nessa relação entre indivíduo e natureza que expomos aqui.

A volta para o lugar de onde veio, precede que a condução seja feita por rezadores e cantores de cada metade exogâmica⁶³ tal como sua organização social. Dona Diva uma *kofá*⁶⁴ da TI⁶⁵, em entrevista conta que hoje em dia é raro a realização do ritual do *Kiki* e que há cada canto e rezadores das metades e esses ensinamentos que foram passadas pelos animais.⁶⁶ A *kofá* da T.I. conta que esses ensinamentos foram passados pelo seu avô.

É, quem me ensinou foi um vovô meu, o nome dele é(...) *Faguir* o nome indígena dele o meu vovô, daí ele sentava comigo na nós fazia fogo o dele (...) comendo pinhão né, e ele cantava e eu punhava na ideia sabe, e punhava na ideia, depois a gente né vai e eu não esqueci, hoje eu não esqueci eu tenho tudo na cabeça.⁶⁷

Para os Kaingang a relação entre os dois mundos, o humano e não humano, tem um forte significado para a transmissão de saberes, principalmente pela importância da figura do *Kujá* em sua comunidade. O *Kujá*⁶⁸ são os “curadores, também são considerados líderes espirituais, são as pessoas que fazem remédios e curam as enfermidades dos indígenas”⁶⁹, além de ser o mediador entre esses dois mundos, as autoras Kaingang, Biazi e Ercigo ainda colocam que esses trânsitos são conduzidos pelos guias espirituais de cada *Kujá*.

Dentro da cultura Kaingang a memória e a oralidade são elementos fundamentais quando falamos sobre os mitos e lendas desse povo, seus costumes e práticas culturais, na permanência ou transformações delas. É a partir delas que se criam vínculos desse território

⁶² Ver em: NÖTZOLD, Ana Lúcia V (org.). **O ciclo de vida Kaingáng**. – Florianópolis: [s.n.], Imprensa Universitária da UFSC, 2004.

⁶³ BALDUS, Hebert. O culto aos mortos entre os Kaingang de Palma. In: _____. **Ensaio de etnologia brasileira**. Brasileira, Biblioteca Pedagógica: 5ª Ed, vol 101, p. 31-32.

⁶⁴ *Kofá*, na língua Kaingang, significa as pessoas mais velhas na comunidade e detentoras de grande conhecimento da tradição Kaingang.

⁶⁵ A partir daqui em alguns momentos à palavra terra indígena passará ser a sigla TI.

⁶⁶ LUIZ, Divaldina. **Entrevista** [2016]. Entrevistador: Ronelsson Luiz. Transcrição: Bruna Gama Gavério. Terra Indígena Xapacó/SC, 2016. Acervo LABHIN/UFSC, p. 1-2.

⁶⁷ Idem.

⁶⁸ Para ser um *Kujá* existe todo um processo de formação e aprendizagem que ocorre durante toda a vida, passam por um processo de construção de seu corpo descreve Biazi e Ercigo, para assim se tornar uma liderança espiritual. Na cultura Kaingang a pessoa já nasce para esta função que em algum momento lhe será revelada para dar início a esse processo.

⁶⁹ BIAZI, Adriana A. B. P.; ERCIGO, Terezinha G. **A formação do *Kujá* e a relação com seus guias espirituais na Terra Indígena Xapacó – SC**. Trabalho de Conclusão de Curso/ Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântica – UFSC, 2014, p. 33.

que remete a sua ancestralidade⁷⁰, a construção deste espaço por um grupo social. Vejamos o relato de Dona Matilde a partir do pensamento Kaingang sobre o surgimento do povo.

Foi quando o criador originou todas as coisas, e o povo Kaingang surgiu então da terra e do milho cateto. Com o surgimento do povo Kaingang, surgem também dois grupos: *Kamé* e *Kairu*. O milho cateto tem duas cores com significados diferentes, o preto significa o homem, e a cor branca a mulher. Por isso, segundo o ritual indígena, o *Kamé* não poderia casar com *Kamé* assim como os *Kairu* também não podem se casar, porque são considerados irmãos, só pode casar *Kamé* com o *Kairu*, ou *Kairu* com *Kamé*. O povo Kaingang aprendeu as danças indígenas com os animais, sendo que os *Kamé* aprenderam à dançar com o ouriço, e os *Kairu* com o mico (*kajer*), sendo que os *Kamé* tem a pintura na forma de risco, e a tinta usada é o carvão do pinheiro. Os *Kairu* tem a marca em forma de círculo, e suas pinturas são preparadas com a árvore sete sangrias. E até hoje permanece na memória do povo Kaingang.⁷¹

Nesse relato vemos também outros elementos que constituem a identidade Kaingang, como suas marcas tribais também são permeadas pelas metades. É possível destacar que o dualismo e o sistema de metades podem ser compreendidos “enquanto um mecanismo coletivo voltado à reprodução e padronização de um alinhamento entre status assimétricos, porém, complementares.”⁷² Assim a memória está intrinsecamente entrelaçada com a construção de suas identidades. A memória coletiva no que acompanha a identidade é não fixa, é o que Stuart Hall coloca como “celebração móvel”⁷³ poderíamos atentar que ambas, tanto a memória como a identidade, também seguem uma complementariedade que vemos na lógica de mundo Kaingang.

A relação com a terra e o surgimento do povo, são elementos que agem em interação simbólica⁷⁴, mediante a transmissão e comunicação de valores, costumes de uma cultura. O qual para os Kaingang ocorre de forma oral também fazendo parte das relações sociais estabelecidas dentro de uma comunidade, entendendo que “a memória deve ser entendida também, ou, sobretudo, como um fenômeno coletivo e social, ou seja, como um fenômeno construído coletivamente e submetido a flutuações, transformações, mudanças constantes”⁷⁵.

⁷⁰ BIAZI, Adriana A. B. P. **Espiritualidade e conhecimento da mata na formação dos especialistas de cura Kaingang da T.I. Xapecó/SC**. Dissertação (mestrado). UFSC, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. PPGAS, Florianópolis, 2017, p.50-52.

⁷¹ NÖTZOLD; MANFROI (orgs.), 2006, Op. Cit, p. 21.

⁷² FERNANDES, Ricardo Cid. **Política e parentesco entre os Kaingang: uma análise etnológica**. Tese de Doutorado. PPGAS – USP, São Paulo, 2003, p. 28.

⁷³ HALL, 1992, Op. Cit, p. 14.

⁷⁴ Idem.

⁷⁵ POLLAK, Michael. Memória e identidade social. In: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro; Edições Vértice, vol.5, n.10, 1992, p. 201.

No decorrer das saídas de campo para a terra indígena⁷⁶ foi possível perceber a importância que tem a memória e a identidade para esse povo e como o pertencimento à terra é pensado através do trabalho de fortalecimento feito entre os mais velhos para os mais novos.

1.2 A Terra Indígena Xapecó/SC

Localizada entre os municípios de Ipuacu e Entre Rios, no oeste do estado de Santa Catarina, a Terra Indígena Xapecó atualmente possui aproximadamente sete (07) mil habitantes, sendo eles de maioria da etnia Kaingang e conta com 16 aldeias⁷⁷. Sendo que uma delas, a aldeia Limeira, é habitada pelo povo Guarani Mbya.

Como destacado neste capítulo, a relação com a terra é um elemento fundamental no cotidiano da cultura Kaingang, em diversos aspectos de suas práticas culturais e categorias de pensamentos. O elo entre o ser e a terra está intrínseca à cosmovisão do povo, desde a mobilidade e territorialidade até mesmo após os processos de sedentarização e concentração em determinados espaço, como foi feito por intermédio das políticas de Estado, os aldeamentos, por exemplo.

Diante disso veremos como e quais foram as diversas mudanças pelas quais a TI Xapecó passou, tanto nas questões que concernem a delimitação de espaço, quanto as mudanças socioeconômicas e ecológicas. Vemos que a retirada da madeira gerou espaços que direcionaram o uso da terra para a agricultura e pastos de criação de animais. Áreas que se desenvolveram em volta do posto indígena, como é possível visualizar na figura 2. A estrutura que acompanha essa construção como sede centralizadora da administração, que por sua vez deveria promover a autossuficiência do posto. Logo usada como sustentação para os discursos governamentais com o objetivo de justificar a ação intencionista do órgão e seus funcionários nas comunidades indígenas.

No contexto do processo histórico da trajetória dos povos indígenas no Brasil, o interesse se manifestava inicialmente por intervenção estatal, através do governo português,

76 GAVÉRIO, Bruna. **Caderno de Campo: saídas para Terra Indígena Xapecó**. Santa Catarina – UFSC/LABHIN, 2014-2016, p. 14-20.

77 As 16 aldeias que constituem a TI Xapecó/SC são: Aldeia Jacú (Sede), Olaria, Pinhalzinho, Cerro Doce, Serrano, Baixo Samburá, Água Branca, Fazenda São José, Matão, Paiol de Barro, Limeira, João Veloso Manduri, Guarani, Barro Preto e Campos Oliveira. Ver em: NÖTZOLD, Ana Lúcia Vulfe. Percepções dos usos de produções didáticas em uma escola Kaingang. In: **Revista Pedagógica**, Chapecó, v.17, n.34, jan/abr. 2015.

posteriormente pelo império brasileiro e com a proclamação da república os instrumentos de poder que constituíam a máquina do Estado.

As terras indígenas no Brasil sempre fizeram parte dos interesses econômicos não só por parte de governos, mas também de terceiros, tais como companhias colonizadoras e a sociedade envolvente às aldeias. Ao longo da invasão territorial com as políticas de imigração para a ocupação das regiões interioranas do país, principalmente com a finalidade de efetuar atividades de extração dos recursos naturais e conseqüentemente a exploração agropecuária.

Figura 2: Aldeia Sede da Terra Indígena Xapecó, 1947.



Fonte: Acervo – Museu do Índio/FUNAI, Rio de Janeiro.⁷⁸

Assim como a maioria das terras habitadas pelos povos indígenas no país e também por toda América, a Terra Indígena Xapecó passou por processos de mudanças espaciais, bem como as delimitações territoriais. Em virtude das políticas de terras adotadas pelas administrações governamentais, a diminuição de seu tamanho ocorreu de forma drástica, chegando atualmente em aproximadamente 16 mil hectares como podemos observar no mapa abaixo. Ele nos mostra a localização da T.I. no estado de Santa Catarina e sua atual configuração, que consta na homologação pelo decreto 297 – 30/10/1991⁷⁹.

⁷⁸ 1947, apud ALMEIDA, 2015, Op. Cit, p. 268.

⁷⁹ Ver em: <https://terrasindigenas.org.br/pt-br/terras-indigenas/3906>. Acessado 14/08/2017.

Art. 1º. Fica homologada, para os efeitos do art. 231 da Constituição Federal, a demarcação administrativa promovida pela Fundação Nacional do Índio (Funai) da área indígena Xapecó, (...), no estado de Santa Catarina, com a superfície de 15.623,9581ha (quinze mil, seiscentos e vinte e três hectares, noventa e cinco ares e oitenta e um centiares) e perímetro de 103.779,37m (cento e três mil, setecentos e setenta e nove metros e trinta e sete centímetros).⁸⁰

Assim partimos para um breve histórico da região do oeste catarinense e da T.I. Xapecó para então entendermos melhor as relações criadas entre os processos de imigração e contato com os Kaingang.

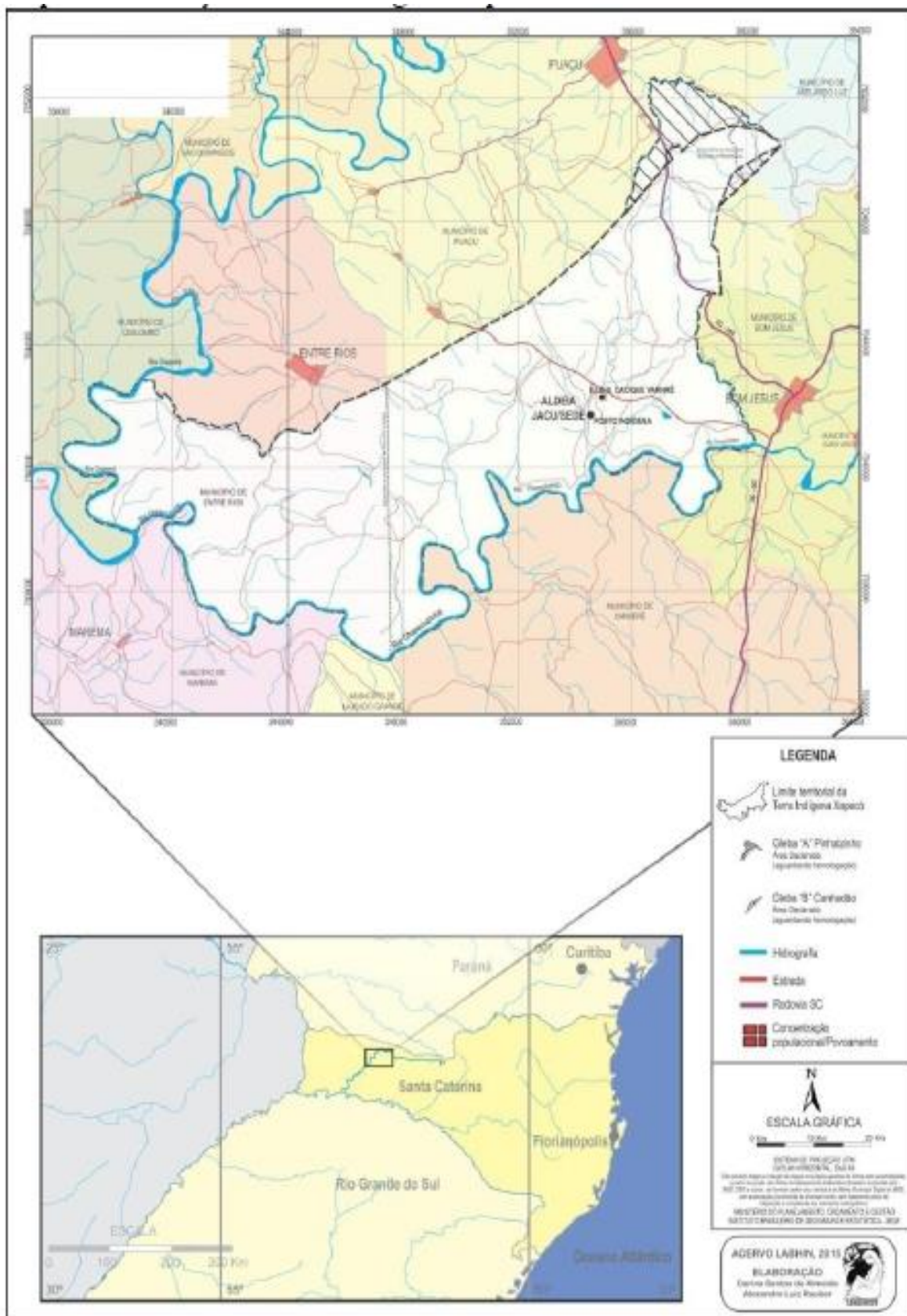
Figura 3: Araucárias solitárias: os dias atuais da Terra Indígena Xapecó/SC.



Fonte: Acervo LABHIN/UFSC, 2015.

⁸⁰ Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1991/decreto-297-29-outubro-1991-343009-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acessado 14/08/2017.

Figura 4: Mapa do atual limite da Terra Indígena Xaçecó/SC



Fonte: Elaborado pelo geógrafo Alexandre L. Rauber e por Carina S. de Almeida a partir de base cartográfica IBGE, 2011. Acervo LABHIN/UFSC, 2015.

As políticas de colonização empregadas por todo o território brasileiro sempre apontaram para uma condução com um viés expansionista. Despertando diversos interesses econômicos e políticos, dos quais já abordamos brevemente, a partir de demandas do sistema capitalista de exploração dos bens disponíveis. Motivadas pela abundância dos recursos naturais, esses tipos de estratégias foram utilizados por todos os regimes governamentais, tanto pela Colônia quanto pelo Império e posteriormente a República⁸¹.

Não podemos deixar de lado que ao longo da história do Brasil, a perspectiva eurocêntrica era, e por vezes ainda é, a concepção de mundo adotado no imaginário social brasileiro. Conseqüentemente o modo como grande parte da sociedade vê/pensa os povos indígenas, seja pela estrutura do Estado como pela sociedade envolvente, é um reflexo desse pensamento social ocidental construído e alimentado desde a colonização. Principalmente no que concerne um tom de superioridade que se desenvolveu por meio de uma “estrutura de dominação/exploração”⁸², isso traz um movimento que gera uma enorme reação de violências simbólicas e violências físicas.

A ideologia do progresso econômico, que ganhou força no século XIX desencadeou essa e outras ações governamentais em nome de um ideal de sociedade, que se contrapõe com “as sociedades indígenas das terras baixas da América do Sul e tendem a representar seus territórios como espaço-tempo indissociáveis da vida de seus habitantes”⁸³. Fruto de uma construção de um colonialismo e uma colonialidade do poder que negou outras racionalidades diferentes da europeia, sobretudo a latinoamericana e africana. E como coloca Fanon, em seus escritos, que ao negar esse ser é negar também sua existência⁸⁴, sua racionalidade no pensamento colonialista.

Assim como parte da geopolítica adotada pelo governo imperial por demanda de terra⁸⁵ a colonização do oeste catarinense também foi orientada por políticas expansionistas, sobretudo pelas frentes pastoris e extrativistas. Essas frentes de expansões territoriais foram

⁸¹ FREITAS, Ana Elisa C. Territórios ameríndios: espaços de vida nativa no Brasil Meridional. In: BERGAMASCHI, Maria Aparecida (org). **Povos Indígenas & Educação**. Porto Alegre: Editora Mediação, 2008, p. 24.

⁸² QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder e classificação social. In: SANTOS, B. de S.; MENESES, Maria P. (ORGS). **Epistemologias do Sul**. 2009, p. 73.

⁸³ FREITAS, 2008, Op. Cit., p. 18.

⁸⁴ Ver em: FANON, Frantz. **Os Condenados da Terra**. 2º ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/fanon/1961/condenados/index.htm>.

⁸⁵ BRINGMANN, Sandor Fernando. **Entre os índios do Sul: uma análise da atuação indigenista do SPI e de suas propostas de desenvolvimento educacional e agropecuário nos postos indígenas Nonoi/RS e Xaçupé/SC (1941-1967)**. 2015. 452 p. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Florianópolis, 2015, p. 58.

usadas como justificativas das chamadas “guerras justas”, marcadas por muitos conflitos com os povos indígenas que já ocupavam essas terras. Posto que essas “guerras justas” causaram extermínios de muitas populações indígenas com o intuito de conquista desses territórios.

As “guerras justas” foram guerras contra os índios, àqueles que pela coroa portuguesa eram considerados “hostis”. D. João VI assina uma carta régia, justificando essa medida contra aqueles que eram considerados inimigos da coroa. Na carta havia “instruções específicas sobre a ocupação dos campos de Guarapuava para o governo de São Paulo”⁸⁶ efeitos que em pouco tempo foi sentido no cotidiano dos Kaingang. Com as frentes de ocupação, como colocado por Brighenti não se acreditava mais por parte da coroa que usar a catequese iria “civilizar o índio”⁸⁷. Impulsionadas pela chegada da família real, em 1808, a ideologia expansionista ansiava em busca de terras, então essas frentes de expansão e exploração são lançadas com força total pelo interior do país.

A pressão por novas terras também aumentou no tempo do império, o que gerou uma sustentação da construção do discurso de que as extensões de sociabilidade dos territórios indígenas fossem vistas como “vazios demográficos”,⁸⁸ esse tipo de discurso foi bastante utilizado como forma de ocultar a presença indígena no local. Na escrita da historiografia tradicional brasileira tornou-se comum nas produções do IHGB⁸⁹ essa ideia de ocultação e negação partindo daquela velha perspectiva do pensamento ocidental eurocêntrico.

Portanto podemos observar que a partir da ocupação desses territórios foi criada uma política oficial referente à imigração europeia direcionada para o sul do país, já em meados do século XIX⁹⁰. A vinda de imigrantes resolveria um problema que sempre foi considerado enorme pelas administrações governamentais, as questões de fronteiras. E para o recebimento desses imigrantes europeus, na maioria de nacionalidade alemã e italiana, o Estado precisava cada vez de mais terras. Logo, ao enraizarem o discurso pejorativo construído sobre as sociedades indígenas, suas terras foram diretamente atacadas para o uso e exploração da terra, com o intuito em produção agrícola extensiva.

As terras do oeste catarinense, onde está situada a Terra Indígena Xapecó/SC, com os impactos das políticas adotadas e direcionadas aos territórios dos povos indígenas em razão

⁸⁶ BRIGHENTI, 2012, Op. Cit., p. 92-93.

⁸⁷ Idem.

⁸⁸ MOTA, Lúcio Tadeu. **As guerras dos índios Kaingang: a história épica dos índios Kaingang no Paraná (1769-1924)**. Editora da Universidade Estadual de Maringá, 1994, p. 65.

⁸⁹ Principalmente aquelas das quais citamos no início do capítulo, que são escritos realizados em fins do século XIX e início do século XX. Período em que correntes científicas vindas da Europa, como o positivismo, eram perspectiva de quase toda a classe econômica brasileira.

⁹⁰ BRINGMANN, 2015, Op. Cit., p. 40.

dos chamados “vazios demográficos” foram nominadas juridicamente como “terras devolutas” naquela região.

Durante as primeiras décadas do século XX, o estabelecimento de áreas reservadas era a maneira encontrada pelos Estados para controlar a população indígena e liberar as terras para a instalação de fazenda e vilas. A lei nº 601, de 18 de setembro de 1850, também conhecida como “Lei de terras” garantia aos indígenas a posse das terras em que se encontrassem, diferenciando-as das terras devolutas: “as terras que não se acharem ocupadas por posses que, apesar de não se fundarem em título legal, forem legitimadas.” (Lei nº601, de 18.09.1850), reservar, das terras devolutas, as terras necessárias ao aldeamento dos índios⁹¹.

Lembramos que a forma de ocupar e obter a terra, na visão da sociedade moderna, configura-se como propriedades privadas, usando do critério mercantil e jurídico de compra e venda.

Brighenti salienta que mediante ao Alvará Régio de 1680 “o direito indígena sobre as terras por serem primários e naturais senhores”⁹² e que então seria errado denominarmos as terras indígenas como devolutas. As terras consideradas como devolutas, em termos jurídicos, são aquelas determinadas como bens do poder público, mas que não são utilizadas para o “público nacional”⁹³. O autor ainda coloca que a Lei de Terras de 1850⁹⁴ reconhece que as terras indígenas não eram do Estado e que, portanto, essas não eram devolutas. Então ficaram categorizadas as “terras designadas aos índios” em três categorias, sendo a primeira os “aldeamentos já existentes”; segunda as “áreas a reservar”; por último as “terras do domínio dos índios”⁹⁵.

Este coeficiente é visto como uma oportunidade para o governo concentrar ainda mais as populações indígenas em um delimitado espaço territorial, onde já havia antigos “aldeamentos – que intensificaram, liberando espaço para a colonização, estabelecendo um novo modo de vida aos indígenas”⁹⁶, pois os territórios que faziam parte das mobilidades indígenas não eram considerados suas terras, pelo Estado, tendo como justificativa de não

⁹¹ BRIGHENTI, Clovis A. Terras Indígenas em Santa Catarina. In: NÖTZOLD, Ana Lúcia V; ROSA, Helena Alpini; BRINGMANN, Sandor Fernando (orgs). **Etnohistória, História Indígena e Educação**. Porto Alegre: Pallotti, 2012, p. 264.

⁹² 2012, Op. Cit., p. 110.

⁹³ Definição disponível em: <https://lfg.jusbrasil.com.br>. Acessado em: 01/06/2018.

⁹⁴ Clovis Antonio Brighenti também traz em sua tese como a Lei de Terras de 1850 (Lei 601) foi um molde para a criação do Estatuto do Índio em 1973 (Lei 6.001), no que concerne as questões de demarcações das terras indígenas no Brasil e de que forma elas incorporam o indigenato.

⁹⁵ BRIGHENTI, 2012, Op. Cit., p. 111-112.

⁹⁶ NÖTZOLD, Ana Lúcia V.; ROSA, Helena Alpini (Orgs.) **História e cultura Kaingang Escola Indígena de Educação Básica Cacique Vanhkrê – livro 2**. 1. Ed. Florianópolis: Pandion, 2011, p. 18.

haver estrutura de moradia fixa dos indígenas nas extensões de terras apropriadas pelo governo e colonizadores. Causando cada vez mais a diminuição de seus territórios usando do discurso do “vazio demográfico” como já mencionamos.

As regiões oeste dos estados brasileiros, habitadas pelas populações Kaingang⁹⁷ são locais dos quais as questões de fronteiras sempre foram vistas como um problema a ser solucionado, seja em conflitos nacionais ou internacionais.

Devido “a soberania brasileira ameaçada na região, o governo brasileiro resolve levar a cabo o projeto idealizado pelo Decreto Imperial nº 2.052 (...) que tratava da criação de (...) colônias militares no território da então Província do Paraná”⁹⁸, após um bom período desse decreto de 1859 surgem às instalações de Colônias militares do Xaçepó e Chopim localizadas no que hoje é o atual município de Xanxerê/SC⁹⁹.

Ficou de responsabilidade da Colônia militar a construção de linhas telegráficas para a instalação de comunicação e assim “José Bernardino Bormann teria contratado os serviços dos indígenas. A memória oral Kaingáng nos revela que depois de realizado o trabalho, os indígenas sob a liderança do cacique Vanhkrê solicitaram que o pagamento fosse feito em terras”¹⁰⁰. Em 1902 o governador do estado do Paraná, Francisco Xavier da Silva, assinou o decreto nº 7 reservando o direito à terra dos Kaingang que habitavam a região do Rio Chapecó e o Rio Chapecozinho:

Art. Único [sic]. Fica reservada para o estabelecimento da tribo de indígenas coroados ao mando do cacique Vaicrê, salvo direito de terceiros, uma área de terras compreendida nos limites seguintes: A partir do rio Chapecó, pela estrada que segue para o sul, até o passo do rio Chapecósinho, e por estes dous rios até onde elles fazer barra¹⁰¹.

⁹⁷ Neste caso estamos nos referindo às regiões do oeste dos estados de Santa Catarina e Paraná. Locais onde foram protagonistas de disputas territoriais e demarcações de fronteira entre eles durante a década de 1850 onde ocorreu a separação dos territórios provinciais. Um marco da região vem em 1916 onde as disputas internas relativo a essas questões de definição dos limites entre os estados do Paraná e Santa Catarina é um fator determinante para a existência de novas formas de ocupação de terras. Posteriormente à isso há as concessão de terras públicas, indígenas, caboclas para as empresas colonizadoras, como veremos mais a frente no trabalho, que atuaram nessa atividade de imigração europeia para o sul do país, concedendo aos imigrantes, terras devolutas da união, através da ação do governo de Santa Catarina. Ver em: MACHADO, Paulo Pinheiro. **Lideranças do Contestado**. A formação e a atuação das chefias caboclas (1912 – 1916). São Paulo: Ed. UNICAMP, 2004, p. 123-162; e BRIGHENTI, 2012.

⁹⁸ BRINGMANN, 2015, Op. Cit., p. 61.

⁹⁹ Idem.

¹⁰⁰ SILVA, Luana Máya da. **Entre a tradição e a resignificação: a cultura material Kaingang na contemporaneidade – terra indígena Xaçepó/SC**. 2014. Xxiv 272 p. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Florianópolis, 2014, p. 39.

¹⁰¹ 1902, apud SILVA, Op. Cit., p. 40.

Essa é uma marcação inicial do que hoje se configura como TI Xapecó que passou por inúmeras modificações ao longo dos anos, como destaca autores como Brighenti, Almeida, Bringmann, entre outros. Sobre a relação existente entre o indígena com o não indígena no oeste catarinense “deve ser tomada como um conflito “entre sistemas” que se projetou com um modelo de colonização e que somente foi possível através das colonizadoras e da limpeza étnica, ou seja, com a ação forte do Estado brasileiro”.¹⁰² Como apontado por Brighenti a desterritorialização dos povos indígenas no século XX¹⁰³ foi um fator determinante para sua vivência cotidiana e suas relações com o Estado. Por fim, o aumento dos conflitos entre indígenas e colonos na região tornam-se inevitáveis, sendo o fator da demanda de terra para meios de produção, um ponto central nesse conflito. Portanto, podemos observar, que a constante intervenção estatal ao longo dos anos, muitas revisões do território foram feitas e sempre de maneira onde os interesses econômicos e político de terceiros prevaleceram em cima dos direitos dos indígenas.

¹⁰² BRIGHENTI, Clovis Antonio. **O movimento indígena no oeste catarinense e sua relação com a igreja, católica na diocese de Chapecó/SC nas décadas de 1970 e 1980.** 2012. 611 p. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Florianópolis, 2012, p. 87.

¹⁰³ BRIGHENTI, 2012, Op. Cit., p. 264-265.

CAPÍTULO 2 INTERVENCIONISMO DE ESTADO E OS POVOS INDÍGENAS

2.1 Criação do Serviço de Proteção aos Índios e o contexto brasileiro

O contexto do período de colonização das Américas ficou marcado pela extrema violência entre colonos e povos nativos, como já frisamos anteriormente, causando devastações e extermínio, mas também ocasionando resistências dos povos originários afirmando sua existência em sua terra.

O Serviço de Proteção aos Índios (SPI) surgiu no início do século XX, no ano de 1910. A princípio foi criado para tratar de assuntos voltados para o mundo do trabalho rural e das populações indígenas. Inicialmente foi nominado como Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais (SPILTN), mas logo “nos anos seguintes esta regulamentação seria modificada em alguns pontos essenciais. Já em 1914, reconhecendo-se a especificidade do problema indígena, o SPI passaria a tratar exclusivamente dele”¹⁰⁴ separando assim as especificidades de cada questão, a indígena e a trabalhadora. Então o setor de localização de trabalhadores nacionais foi remanejado para outro órgão.

As políticas indigenistas, usando o significado mais ambíguo da palavra, foram criadas devido à necessidade de uma ação no que concerniam as relações entre os não indígenas e os povos indígenas, pois com o avanço das políticas expansionistas a invasão sobre seus territórios passaram a ser mais constantes, com isso o Estado viu que não era mais eficiente para seus interesses negar a existência dos mesmos.

Precisamos recordar que passamos por um processo histórico de enorme violência direcionada às comunidades indígenas. Darcy Ribeiro, em uma de suas obras, coloca que a exposição dessa relação conflituosa gerada entre indígenas e o Estado brasileiro estampava manchetes de jornais e estavam em evidência nas discussões de instituições acadêmicas¹⁰⁵. Então como medida o órgão é originado como forma do governo “cuidar” e/ou mediar esses confrontos, como era chamado e visto naquela época, do “problema indígena”.

O fortalecimento de uma forte ideologia do extermínio dessas populações por todo país somente intensificou os embates entre diferentes maneiras de ver o mundo, sobretudo na relação com as sociedades envolvidas às áreas indígenas. No entanto houve um aumento considerável de denúncias referente às violências cometidas contra os indígenas que foram

¹⁰⁴ RIBEIRO, Op. Cit, 1996, p. 158

¹⁰⁵ Ibid, p. 147.

expostas internacionalmente através do etnógrafo Alberto Vojtěch Frič¹⁰⁶. As denúncias foram discursadas durante o XVI Congresso Internacional de Americanistas em Viena (1908), encaminhando a movimentação que contribuiu para a criação do órgão governamental oficial. Originando assim o SPI, foram expressas situações da controversa forma precária de tratamento que o Estado submeteu esses povos causando inúmeros “confrontos e mortes entre índios e imigrantes. No fervor destas discussões nacionais, Hermann von Ihering elaborou (...) *A questão dos índios no Brasil*, (...) como forma de defender suas posturas e, (...), manifestar discordância sobre a forma de tutela instaurada.”¹⁰⁷

Não podemos deixar de lado, nesta análise, o contexto político e social que estava em ebulição, onde projetos políticos e de sociedade estavam em disputa por grandes grupos de controle do poder, desde o final do século XIX com a proclamação da República e os anos iniciais do século XX.

Vemos também que esse período foi um momento crucial por toda a América Latina, a construção e afirmação dos Estados nacionais latinos americanos, com uma maior delimitação das fronteiras políticas, socioeconômicas. Predominando em seu corpo uma racionalidade eurocentrada que articulou diferentes sistemas-mundo¹⁰⁸ em um padrão global de poder capitalista de produção.

No Brasil havia três projetos políticos de organização social que estavam nitidamente em disputa. José Murilo de Carvalho em seus trabalhos elenca quais são essas três correntes pleiteadas, essas eram: o liberalismo, o jacobinismo e o positivismo. Experiências como a Revolução Americana e a Revolução Francesa tornaram-se espelhos para tais ideais dessas frentes que lideraram todo o processo fundação republicano.

Com a proclamação da República, em 1889, ademais as disputas entorno dos projetos de sociedade e de controle do poder, que estavam sendo debatidos, houve conjuntamente a esse espaço a ascensão de determinadas classes na sociedade brasileira, particularmente evidenciamos aqui o setor militar.

Esse por sua vez estava ideologicamente apoiado no positivismo de Auguste Comte e suas correntes, posto que esse setor assumiria o direcionamento e administração do órgão indigenista. O principal expoente no SPI, Marechal Cândido Mariano da Silva Rondon possuía tais ideias positivistas, partindo do entendimento de uma evolução até Estado Positivo

¹⁰⁶ ALMEIDA, Op. Cit, 2015, p. 291.

¹⁰⁷ Idem.

¹⁰⁸ QUIJANO, Op. Cit, 2005, p. 124.

dessa filosofia, que em suma apregoava que a humanidade possuía uma linha de evolução, como do “primitivo” ao “moderno”, através de estágios de transição.¹⁰⁹

Os primeiros 15 anos da república foi um período de enorme turbulência social, o autor coloca que a estratégia das oligarquias era a invisibilização das camadas mais pobres do povo brasileiro para assim consolidar e legitimar¹¹⁰ um formato de regime governamental. A primeira República é o auge de uma elite republicana e oligárquica que por muito tempo deteve o domínio das estruturas dos poderes políticos e econômicos do país, através das combinações de repressão e exploração de mão de obra do trabalhador.

Um ponto importante por de trás disso são os interesses políticos e especialmente econômicos que essas elites possuíam, sempre se sobressaiam no direcionamento dado às ações do Estado.

Todas essas correntes ideológicas até então disputadas, pregavam uma forma de progresso unilinear, basicamente a qualquer custo, as administrações dos povos indígenas acabaram impondo essa lógica de desenvolvimento econômico e social. Exatamente por esse histórico de discursos violentos pressões internacionais e de alguns grupos nacionais, o Estado brasileiro foi obrigado a posicionar-se diante de tais denúncias e acusações feitas sobre as práticas adotadas nas relações com os povos nativos.

A historiografia, até mesmo outras disciplinas que realizavam estudos referente aos indígenas, naquela época, era totalmente orientada pelo fundamento advindo das teorias evolucionistas.

Durante a história do Brasil pouco foi escrito em termo de legislação sobre os direitos dos povos indígenas. Como podemos observar o relacionamento entre Estado e povos indígenas sempre foi conflituoso, pois os sistemas de compreensão de mundo são diferentes. Considerada como um “problema” a “questão indígena” foi gerida entorno do trabalho, era tratada como uma questão de mão de obra, dado que temos um longo histórico de escravidão tanto das populações indígenas como também dos negros africanos e brasileiros. Já no século XIX a mesma passa a ser vista basicamente como uma questão de terras. Manuela Carneiro da Cunha situa que houve basicamente um vazio em relação a legislação indigenista¹¹¹, encontrando-se essa subsidiária de uma política de terras.

¹⁰⁹ RIBEIRO, Op. Cit, 1996, p. 154.

¹¹⁰ CARVALHO, José M. de. **A formação das almas: o imaginário da República no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2017, p.09.

¹¹¹ CUNHA, Manuela C. da. **Legislação Indigenista no século XIX**. São Paulo: Edusp, 1992, p.08-09.

2.2 O intervencionismo de Estado e os Povos Indígenas

Muitos povos indígenas brasileiros adotaram medidas de isolamento, retirando-se em direção ao interior, após a chegada dos europeus nas Américas. Com intuito de evitar o contato como forma de se preservarem não só culturalmente, mas também suas vidas, até o momento que em ficaram, de certa forma, encurralados. Atentamos que o expansionismo europeu, principalmente no século XVII e XVIII foi marcado pelo capitalismo mercantil que buscava cada vez mais explorar os recursos naturais das colônias tanto na América quanto na África. Assim foram perdendo seus territórios devido à sede de enriquecimento do velho continente.

A conquista do território na América portuguesa não foi absolutamente pacífica. As várias regiões do continente foram ocupadas após combates violentos contra os povos indígenas. Além da presença estrangeira constante e ameaçadora, as guerras tinham como alvos os índios hostis que, do século XVI ao XIX, desafiavam ou mesmo impediam a expansão das fronteiras portuguesas. Foram eles os principais responsáveis pelo malogro da maioria das capitanias, no século XVI.¹¹²

Como tentativa de inibir essas resistências o governo colonial adotou uma política que perdurou nos sistemas governamentais seguintes, usando da política de concentração de pessoas para um maior e efetivo controle social dessas populações. Inicialmente foram pensadas as aldeias multiétnicas. Cunha apresenta que essa maneira de concentração populacional causou uma reestruturação de identidades¹¹³, “vai de par, paradoxalmente, com uma homogeneização cultural: perda de diversidade cultural e acentuação das microdiferenças que definem a identidade étnica.”¹¹⁴

Podemos pensar em uma análise em que esse tipo de política se desenvolveria nos futuros aldeamentos. Essa prática de concentração populacional se tornou uma constante por um longo período ao se falar em política indigenista, tanto na administração religiosa quanto na leiga.

A princípio, os assuntos indígenas ficavam ao encargo dos setores religiosos, como principal expoente a ordem religiosa jesuítica, mas não era somente esta que poderia exercer tal função. Nos anos seiscentos essa forma de intervencionismo, por meio de concentração,

¹¹²ALMEIDA, Maria Celestino. **Os índios na história do Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 2010, p. 45.

¹¹³CUNHA, Manuela Carneiro da. Introdução a uma história indígena. In: _____. **História dos Índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, Secretaria Municipal de Cultura, 1992, p. 12.

¹¹⁴Idem.

vem por intermédio do Regimento das Missões de 1686¹¹⁵, dando poderes aos religiosos para a “proteção” e “civilização” desses índios, via catequese e do trabalho.

Estas práticas eram vistas como uma maneira de abastecer de mão de obra escrava naquela época. Podemos evocar aqui o que Foucault chama de política do corpo apresentando que há uma “relação corporal entre as massas e o aparelho de Estado”¹¹⁶, concluindo que o exercício do poder chega a ser físico, é corporal, a idealização de cercamento e confinamento de pessoas já demonstra essa relação como metodologia para a ação do poder. Isso permeia quase que a totalidade das políticas indigenistas ao longo dos anos.

O emprego de medidas como estas de concentrar pessoas em um espaço delimitado, tem como finalidade um controle social, que pode e causou para muitos uma desestruturação social, ademais isso trouxe certo fracionamento étnico¹¹⁷ de um universo multilinguístico e cultural.

Com o início das missões jesuíticas e as políticas de aldeamentos dos povos indígenas, em um primeiro momento, foram administrados pelos missionários religiosos e “tinham como objetivo fazer com que os indígenas se adequassem aos costumes dos não índios”¹¹⁸. Esses objetivos de “branqueamento” não se limitaram somente quando a administração desses lugares era função dos missionários, mas também quando a administração passou a ser feita pelos órgãos do Estado, seguindo uma lógica em que haveria uma transformação do indígena em um trabalhador rural nacional. A imagem do índio preguiçoso foi criada como justificativa para a utilização da mão de obra indígena visando à produção e desenvolvimento econômico da nação, trilhando os caminhos de uma visão do trabalho que difere da maioria dos povos indígenas do Brasil.

Assim observamos que a ideia de assimilar¹¹⁹ os povos indígenas à sociedade nacional, no século XIX não era nenhuma novidade, apesar de ser um momento onde esse pensamento é colocado de modo mais concreto em termos de políticas. O Diretório dos Índios¹²⁰, na época pombalina já visava essa mudança através da instituição do trabalho

¹¹⁵ Disponível: <http://purl.pt/15102/3/#/7>. Biblioteca Nacional de Portugal.

¹¹⁶ FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Ed. Geral, 2001, p. 82.

¹¹⁷ CUNHA, Op. Cit, 1992, p.12-13.

¹¹⁸ NÖTZOLD; ROSA, Op. Cit, 2011, p. 18.

¹¹⁹ A ideia de assimilação foi muito defendida na tentativa de integração do indígena na sociedade nacional, principalmente através do trabalho. A busca de transformar esses povos em trabalhadores rurais podemos dizer como uma marcante dessa prática.

¹²⁰ O Diretório dos índios foi publicado em 1758 na administração ministerial do Marquês de Pombal. Tinha como principal diretriz a institucionalização do trabalho forçado e a administração dessa mão de obra indígena. Além de diversas proibições relacionadas ao modo de vida indígena como aspectos religiosos e culturais também regia sobre questões e econômicas. Disponível em: https://www.nacaomestica.org/diretorio_dos_indios.htm.

administrado dentro dos aldeamentos. O método de condução dos aldeamentos pairou sobre um debate do binômio da catequese ou “civilização”¹²¹, se estes deveriam ser administrados por religiosos ou por leigos.

A revogação, em 1798, do Diretório Pombalino promulgado na década de 1750 havia-se criado um vazio que não seria preenchido. Só em 1845, com o "Regulamento acerca das Missões de catechese e civilização dos índios" (...), é que se tentará estabelecer diretrizes gerais, mais administrativas, na realidade, do que políticas, para o governo dos índios aldeados.¹²²

O regulamento das Missões de 1845¹²³ mediante o decreto n. 426, durante o regime imperial, estipulava a maneira como deveria ser a organização administrativa das aldeias baseada em uma estrutura constituiria os seguintes cargos: um diretor-geral, um missionário, um cirurgião e um enfermeiro e um tesoureiro. Inicialmente ministrados pelos jesuítas os aldeamentos foram sendo laicizados conforme muitas instituições no país em finais do século XIX. Os aldeamentos foram uma forma de concentração e tentativa de fazer um controle social dos povos indígenas brasileiros, sendo isso colocado como uma afirmativa.

Voltando ao que era considerado um “problema indígena”, como se as políticas indigenistas eram para que pudessem achar soluções e respostas, mas que respostas seriam essas, para quem? Visando sempre o progresso da nação, mirando como espelho às nações europeias, as frentes expansionistas e o crescimento econômico eram almeçados, vemos que já havia delimitado um sentido para a direção do desenvolvimento de políticas indigenistas, de certa maneira o mesmo desde a colônia, mas agora com novos atores e personagens.

Direcionando para os nossos sujeitos e agentes, o século XIX foi de bastante conflitos para os Kaingang, onde de certa forma, essas políticas abriam brechas para que as suas terras fossem invadidas por colonizadores em nome do desenvolvimento nacional.

A intensidade desse contato ocorreu no século XIX, quando os Kaingang lutaram para defender suas terras, que haviam sido ocupadas de maneira forçada pelos colonizadores a fim de explorar as terras, principalmente para o gado e posteriormente, a madeira. Essa expansão econômica do período imperial levou à redução considerável dos territórios indígenas, pois o espaço passou a ser habitado pelos colonos. É nesse momento que, no sul do Brasil, as políticas de concentração dos indígenas em apenas um lugar – os chamados aldeamentos – intensificaram, liberando espaço para a colonização, estabelecendo um novo modo de vida aos indígenas.¹²⁴

¹²¹RIBEIRO, Op. Cit, 1996, p. 151.

¹²²CUNHA, Op. Cit, 1992, p. 138.

¹²³ Disponível em: legis.senado.leg.br/legislacao/ListaTextoSigen.action?norma=387574&id=14390177&idBinario=15771126&mime=application/rtf.

¹²⁴ NÖTZOLD; ROSA, Op. Cit, 2011, p. 18.

Vemos que a questão de terras permeia as preocupações de todas as administrações governamentais. Se fizermos uma conexão, pensando a realidade contemporânea dos povos indígenas, a terra continua em disputa e mesmo com legislações que garantem o direito à terra, as especificidades culturais, os objetivos da organização de poder do Estado seguem o mesmo raciocínio que teve em tempos anteriores.

A administração republicana da primeira metade do século XX se viu obrigada a criar um órgão de Estado que tratasse sobre as relações com os povos indígenas, nisso trouxemos no início do capítulo, como foi originado o Serviço de Proteção aos Índios. Lembrando que “o extermínio dos índios era não só praticado, mas defendido e reclamado como remédio indispensável à segurança dos que ‘construíam uma civilização’ no interior do Brasil”¹²⁵.

Algumas mudanças nos olhares, em quesitos administrativos, voltados para os povos indígenas foram postas em prática, mas ainda assim com base em uma visão exploratória, objetivo que nunca saiu do horizonte das demandas do sistema econômico hegemônico vigente. A prática que se tornou a marca da administração do SPI nas comunidades indígenas foi a proteção tutelar que era exercida e estabelecida por meio de legislação.

Em boa parte do século XX as políticas indigenistas adotadas como medidas de proteção tutelar visaram à transformação do índio em trabalhador rural, introduzindo a lógica de produtividade capitalista como forma de integração¹²⁶ e em nome do progresso nacional. A ideia difundida veio baseada na ideologia positivista, que percebia o índio no sentido fetichista, fazendo parte de uma etapa transitória, apoiando-se no evolucionismo humano, etapista, que “os índios, quando para isto amadurecido, seriam localizados em núcleos agrícolas, ao lado de sertanejos”¹²⁷.

Pode-se observar a consolidação do ideal de progresso, que nesta lógica o índio entraria como trabalhador rural integrado a sociedade nacional, produzindo para o desenvolvimento econômico do Brasil. Esse seguimento ideológico pautava uma metodologia e mecanismos para tal integração¹²⁸, sendo feito inicialmente uma “atração”, “pacificação” e em seguida a sedentarização e nacionalização daqueles indivíduos. Bringmann ainda aborda que uma maneira intervencionista bastante utilizada no Sul era a de introdução de atividades

¹²⁵RIBEIRO, Op. Cit, 1996, p.148.

¹²⁶ALMEIDA, Op. Cit, 2015, p. 286.

¹²⁷RIBEIRO, Op. Cit, 1996, p.158.

¹²⁸BRINGMANN, Sandor Fernando. O programa educacional do SPI e os clubes agrícolas escolares: a experiência entre os Kaingang do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina. In: NÖTZOLD, Ana Lúcia V; ROSA, Helena Alpini; BRINGMANN, Sandor Fernando (orgs). **Etnohistória, História Indígena e Educação**. Porto Alegre: Pallotti, 2012, pp. 123-124.

educacionais “voltadas para a evolução socioeconômica, através do processo pedagógico que envolviam cultos cívicos.”¹²⁹

É possível notar um acentuamento nas práticas tutelares e desenvolvimentistas¹³⁰, em um contexto de modernização durante o século XX, sobretudo na era Vargas quando é criado o Conselho Nacional de Proteção ao Índio. Lima discute as formas da ação indigenista e o intervencionismo tutelar reproduzido pelo SPI por meio das reproduções de estruturas de poder, assim constata que “a reprodução monocórdia de uma única voz acerca do surgimento dos poderes do Estado republicano face aos índios. Seu tema básico era a defesa do monopólio estatal das ações sobre os povos indígenas e da manutenção de seu caráter tutelar”¹³¹. Vemos que essas estruturas continuam por meio dos capitães de aldeias, sendo que essa maneira de organização visava “assessorar este sistema penal interno no Posto, (...) as polícias indígenas, que contava com indígenas nomeados (...), como soldado, cabo, major, capitão, sargento e tenente para estabelecer a ordem e o controle social e o cumprimento das determinações do encarregado”¹³².

No decreto 10.652 publicado no ano de 1942 traz o Regulamento do SPI e neste consta no Artigo 1º que “o Serviço de Proteção aos Índios (S.P.I.), reorganizado no Ministério da Agricultura, pelos decretos-leis ns. 1.736, de 3 de novembro de 1939, e 1.886, de 15 de dezembro de 1939, tem a sua sede na Capital Federal, é diretamente subordinado ao Ministro da Agricultura e tem por fim”¹³³

- a) prestar ao índio proteção e assistência, amparando-lhe a vida, a liberdade e propriedade, defendendo-o do extermínio, resguardando-o da opressão e da espoliação, bem como abrigando-o da miséria, educando-o e instruindo-o, quer viva aldeiado, em tribos, ou promiscuamente, com civilizados;
- b) garantir a efetividade da posse das terras ocupadas pelo índio;
- c) utilizar os meios mais eficazes para evitar que os civilizados invadam as terras do índio; (...)
- j) exercer sobre o índio, de qualquer categoria, na forma da legislação vigente, a tutela que lhe deve ser prestada pelo Estado, zelando pela preservação, conservação e desenvolvimento de seu patrimônio; (...)
- l) envidar esforços por melhorar as condições materiais da vida indígena, despertando o gosto do índio para a agricultura e indústrias rurais;

¹²⁹ Idem.

¹³⁰ LIMA, Antonio C. de Souza. **Um grande cerco de paz: poder tutelar, indianidade e formação do estado no Brasil**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995, p. 50.

¹³¹ LIMA, Op. Cit., 1995, p. 23.

¹³² ALMEIDA, Carina dos S; NÖTZOLD, Ana Lúcia V. COMO “CIVILIZAR” O ÍNDIO?! O Serviço de Proteção ao Índio (SPI) e a integração Kaingang no sul do Brasil: o Posto Indígena Xaçepó (SC) entre práticas de desenvolvimento e controle social. In: **Anais eletrônicos do XXVII Simpósio Nacional de História da ANPUH: Conhecimento histórico e diálogo social**. Natal/RN, 2013, p. 07.

¹³³ Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1940-1949/decreto-10652-16-outubro-1942-464627-publicacaooriginal-1-pe.html>.

- m) promover, em colaboração com os órgãos próprios, a exploração das riquezas naturais, das indústrias extrativas ou de quaisquer outras fontes de rendimento, relacionadas com o patrimônio indígena ou dele provenientes no sentido de assegurar, quando oportuno, a emancipação econômica das tribos; (...)
- p) criar postos, visando atrair o índio e fixá-lo pela cultura sistemática da terra e estabelecimento das indústrias rudimentares mais necessárias.¹³⁴

Observamos nesse trecho selecionado algumas das principais diretrizes do regulamento. A estrutura de organização do órgão indigenista era composta a partir de oito inspetorias regionais¹³⁵ e dos Postos Indígenas instalados nas comunidades. A inspetoria regional responsável pela T.I. Xapecó/SC era a 7ª Inspetoria Regional, I.R. 7, com sede em Curitiba no Paraná e possuía jurisdição sobre os estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Os funcionários encarregados dos Postos Indígenas, assim como faziam os administradores de aldeamentos do século XIX, possuíam a incumbência e o poder de controlar a comunidade por meio do trabalho compulsório, além do controle da terra e suas produções, sobretudo das lavouras e recursos naturais de cada área indígena, sendo autorizado até punição que muitas vezes eram feitas através da coerção física e castigos¹³⁶.

Cada Posto Indígena deveria conseguir sua autossuficiência através da “renda indígena” por meio do trabalho na roça e/ou lavoura do PI. Teoricamente esse dinheiro deveria ser direcionado às comunidades¹³⁷, mas ao invés disto, os rendimentos sempre seguiam ao encontro com os interesses particulares dos funcionários do Posto.

O SPI utilizando-se da legislação sobre a autossuficiência dos postos indígenas procurou transformar o índio num trabalhador rural. Contudo, pensando em como concebiam sua territorialidade e mobilidade espacial enquanto povo seminômade e que praticavam uma agricultura de subsistência e itinerante, com outras experiências de circulação e domínio do espaço e território, os Kaingang não se enquadravam no modelo de trabalhador rural ou camponês¹³⁸.

Surgem no contexto da década de 1960, período da ditadura civil-militar, diversas CPIs e os relatórios produzidos por Jader Figueiredo, culminando na abertura de uma

¹³⁴ Idem.

¹³⁵ Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1940-1949/decreto-10652-16-outubro-1942-464627-publicacaooriginal-1-pe.html>.

¹³⁶ BRASIL. Ministério do Interior. **Relatório volume síntese**. In: Relatório Jader Figueiredo 1967-1968. 10 setembro 1968, p.06. Disponível em: archive.org/search.php?query=creator%3A%22Jader+de+Figueiredo+Correia%22.

¹³⁷ SANTOS, Sílvio Coelho do. **A integração do índio na sociedade regional: a função dos Postos Indígenas em Santa Catarina**. Florianópolis: Ed da UFSC, 1970, p. 55.

¹³⁸ ALMEIDA; NÖTZOLD, Op. Cit, 2013, p. 01.

comissão de investigação em que inúmeros crimes cometidos por funcionário do SPI são denunciadas¹³⁹, apresentando esses crimes de corrupções administrativas, abrindo espaço para o aparecimento de uma nova gestão institucional que vem a surgir com a extinção do SPI, em 1967, onde “as acusações de corrupção do órgão representa uma das facetas menos aviltantes das denúncias uma vez que pesava sobre a agência revelações acerca das diversas formas de violências delegadas aos povos indígenas”¹⁴⁰.

Com o fim do órgão indigenista criado no início do século XX, surgiu com os mesmos moldes a Fundação Nacional do Índio/ FUNAI por meio da Lei nº 5.371 de 05 de Dezembro de 1967. Fica colocado que:

É a coordenadora e principal executora da política indigenista do Governo Federal. Sua missão institucional é proteger e promover os direitos dos povos indígenas no Brasil. Cabe à FUNAI promover estudos de identificação e delimitação, demarcação, regularização fundiária e registro das terras tradicionalmente ocupadas pelos povos indígenas, além de monitorar e fiscalizar as terras indígenas. (...). É, ainda, seu papel promover políticas voltadas ao desenvolvimento sustentável das populações indígenas. Nesse campo, a FUNAI promove ações de etnodesenvolvimento, conservação e a recuperação do meio ambiente nas terras indígenas, além de atuar no controle e mitigação de possíveis impactos ambientais decorrentes de interferências externas às terras indígenas...¹⁴¹

Esse novo órgão que deu continuidade em muitas ações de exploração exercidas anteriormente, principalmente nas décadas de 1970 e 1980.

2.3 O SPI e a Terra Indígena Xapecó/SC

A instalação do Posto Indígena Xapecó foi realizada em 1941, nesse mesmo ano há a introdução da escola na comunidade. Por meio da escola, as mudanças na cultura Kaingang foram grandes, pois naquela época, a mesma considerada um aparelho do Estado, usada como meio opressor e contribuía para fortalecer a ideia de branqueamento do indígena.

¹³⁹ BRASIL. Ministério do Interior. . **Volume XXIX**. Relatório Jader Figueiredo 1967-1968. 10 setembro 1968, p. 6635.

¹⁴⁰ ALMEIDA, Op. Cit, 2015, p. 295.

¹⁴¹ Disponível em: <http://www.funai.gov.br/index.php/a-funai>. Acessado em: 17/03/2019.

Figura 5: Documento de relação dos Postos Indígenas sob jurisdição da 7ª Inspetoria Regional no Relatório Figueiredo.

RELACÃO DOS POSTOS INDÍGENAS, SOB A JURISDIÇÃO DA 7ª INSPETORIA REGIONAL DO SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS, NOS ESTADOS DO PARANÁ E SANTA CATARINA, CONSTANDO, NOMES DOS POSTOS, TRIBU, LOCALIZAÇÃO E NÚMEROS DE ÍNDIOS EM CADA UNIDADE.				
DE DEM	POSTO INDÍGENA (NOME)	TRIBU (NOME)	LOCALIZAÇÃO (MUNICÍPIO)	NÚMERO DE ÍNDIOS
1	BARÃO DE ANTONINA	CAINGANG	SÃO JERÔNIMO DA SERRA PR.	259
2	CACIQUE CAPANEMA	CAINGANG	MANGUEBRINHA-PR	380
3	CACIQUE GREGÓRIO KAEXCHOT	CAINGANG	MANOEL RIBAS-PR	310
4	CEL. JOSÉ DE CARVALHO	GUARANI	SANTA AMÉLIA-PR	83
5	CEL. TELÊMACO BORSA	CAINGANG	ORTIGUEIRA-PR	110
6	DUQUE DE CAXIAS	BOTOCUDOS	IBIRAMA-SC	398
7	FIORAVANTE ESPERANÇA	CAINGANG	PALMAS-PR	240
8	INTERVENTOR MANOEL RIBAS	CAINGANG	LARANJEIRA DO SUL-PR	916
9	JOSÉ MARIA DE PAULA	CAINGANG	GUARAPUAVA-PR	352
10	DR. CARLOS CAVALCANTI	CAINGANG	CÂNDIDO DE ABREU-PR	58
11	DR. SELISTRE DE CAMPOS	CAINGANG	XANXERÊ-SC	932
12	DR. XAVIER DA SILVA	CAINGANG	LONDRINA-PR	226

Fonte: BRASIL. Volume XV. Ministério do Interior. Relatório Jader Figueiredo 1967-1968. 10 setembro 1968, p. 3755. Acervo online.

Anteriormente em Santa Catarina o SPI esteve presente na região de Ibirama, onde habita atualmente a população Xokleng/Laklãnõ, com um posto de atração criado a partir da “pacificação” de 1914¹⁴². No P.I. Xapecó o encarregado da administração era o chefe de posto, as administrações de diversos encarregados geralmente eram direcionadas por ações paternalistas, para então utilizar a mão de obra indígena, que acabou sendo usada compulsoriamente, visando o desenvolvimento agrário da área, como meio de integração na economia¹⁴³ dos mercados regionais.

A partir da década de 1940, com a nova fase do nacional-desenvolvimentismo brasileiro, instituído no período varguista, novos métodos de exploração capitalista passaram a serem utilizados, sendo assim, o PI Xapecó passa a integrar a cadeia produtiva regional.¹⁴⁴ Práticas como arrendamentos de terras, concessões para terceiros a fim de exploração extrativista dentro da área indígena, entre outros, foram atitudes muito comuns durante as administrações exercidas pelos funcionários do órgão indigenista no PI Xapecó. Almeida

¹⁴² As pacificações adotas como técnicas de sedentarização de povos indígenas em áreas de colonização. Desenvolvidas inicialmente por Marechal Rondon com a expansão das linhas telegráficas, a partir dessa prática eram instalados os Postos Indígenas na aldeia “pacificada”.

¹⁴³ SANTOS, Op. Cit, 1970, p. 49.

¹⁴⁴ ALMEIDA, Op. Cit, 2015, p. 285-286.

aborda como os Postos Indígenas ficavam sob a tutela do SPI e que as atividades eram exercidas de acordo com as ideias pressupostas por este órgão, dissertadas anteriormente.

A fim de compreender os processos vivenciados na TI Xaçecó (...) é fundamental associar as práticas de proteção tutelar e políticas indigenistas aos contextos regional e nacional de desenvolvimento promulgado pelos contínuos governos, (...), a agência indigenista do SPI promoveu as primeiras experiências de cunho econômico capitalista nas terras Kaingang.¹⁴⁵

As políticas do SPI dentro da T.I foram bastante intensas, seus efeitos podem ser vistos na paisagem local¹⁴⁶. Com a diminuição das áreas de matas de araucárias, houve em conjunto uma drástica redução da fauna e da flora. Além de serem causadas pela exploração dos recursos naturais em excesso e por meio da agricultura extensiva, principalmente pelo cultivo da soja.

Para além da agricultura, diversos relatos registrados por pesquisadores na TI Xaçecó, denotam que a atuação do órgão indigenista foi por muitas vezes, atos extremamente violentos contra os indígenas. No Relatório Figueiredo, onde há inúmeras denúncias contra funcionários do SPI e suas ações nos PIs, além das violências físicas contém outros crimes como as vendas de madeiras¹⁴⁷ feitas ilegalmente por intermédio das serrarias instaladas pelo órgão estatal.

Os chefes de posto eram o topo da estrutura e tinham sua função designada para “em todos os postos manter os índios aldeados por meio de normatização e ‘proteção’ e ainda ser responsável pela organização e promoção do trabalho agrícola e pecuária”¹⁴⁸. Lembrando que o posto deveria assim atingir sua autossuficiência. Em busca dessa subsistência, o comércio da madeira foi uma via utilizada por diversas administrações que passaram pelo PI como forma de economia a exploração extrativista. Em proveito desta configuração de administração exercida pelo órgão indigenista, muitas empresas colonizadoras no oeste catarinense lucraram de maneira exorbitante em diversos setores de exploração da área indígena.

¹⁴⁵ Idem.

¹⁴⁶ GAVÉRIO, Bruna. **Caderno de Campo: saídas para Terra indígena Xaçecó**. Santa Catarina – UFSC/LABHIN, 2014-2016, p. 11.

¹⁴⁷ RELATÓRIO FIGUEIREDO, Op. Cit, v. Relatório volume síntese, p. 18, fls. 1764.

¹⁴⁸ ALMEIDA; NÖTZOLD. **A luta pela terra em território Kaingang: os conflitos na Terra Indígena Xaçecó (SC/Brasil) ao longo do século XX**. Anos 90 (Online), Porto Alegre, v. 18, 2012, p. 293.

Antonio Selistre de Campos, juiz de Direito da cidade de Chapecó/SC, “começou a manifestar-se a favor dos Kaingáng por meio da publicação de artigos de jornais”¹⁴⁹ como A Voz de Chapecó, local onde ficou registrada a atuação do juiz. Foi um mecanismo importante de denúncias direcionadas às diversas fases de administração do órgão indigenista dentro da TI Xapecó, como os casos das serrarias e a péssima condição de saúde vivenciada dentro da terra indígena.

Em outro momento também podemos observar outros interessados reivindicando terras dentro dos perímetros indígenas para extração dos recursos naturais, tendo essa atividade como forma de obtenção de seus lucros particulares. Os interesses sobre as terras indígenas, “não se resumiam apenas à reivindicação de Eleutério Lemos, dos herdeiros de José Joaquim Gonçalves e de Berthier de Almeida. As terras Kaingang passaram a serem normatizadas pelo SPI por meio do desenvolvimento da agricultura, tal como o plantio”¹⁵⁰. As autoras seguem explanando que outra forma utilizada como exploração econômica era os arrendamentos de terra para não indígenas e a extração de recursos naturais, além das madeiras de lei, a extração da erva mate por meio de contratos com os Kaingang e com o aval dos chefes de posto.

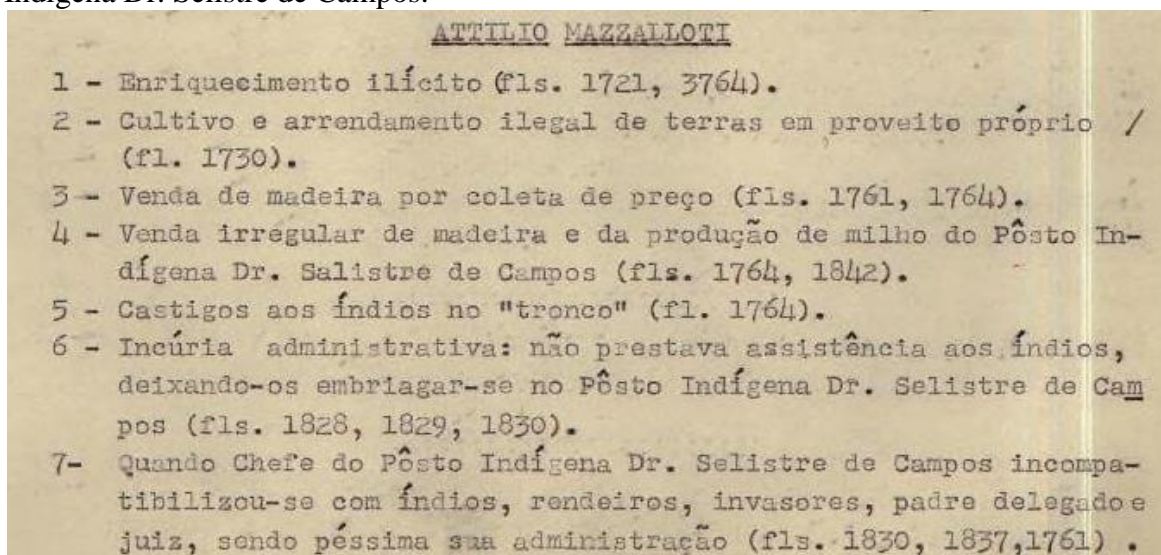
A visão administrativa empreendedora capitalista dominou a perspectiva adotada pelo órgão indigenista, na década de 1960, tanto que o próprio abriu concorrência em forma de licitação para extração e venda de pinheiros, o que acabou principiando a entrada de serraria¹⁵¹ dentro da área indígena cada vez mais. Casos como de Attilio Mazzalotti que foi chefe do posto indígena Dr. Selistre de Campos eram comuns, vemos na figura abaixo um trecho das denúncias contra ele no Relatório Figueiredo.

¹⁴⁹ MANFROI, Ninarosa Mozzato da Silva. **A história dos Kaingang da terra indígena Xapecó (SC) nos artigos de Antônio Selistre de Campos: jornal a Voz de Chapecó 1939-1952**. Florianópolis, SC. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina, PPGH, 2008, p. 12.

¹⁵⁰ ALMEIDA; NÖTZOLD, Op. Cit, 2012, p. 290.

¹⁵¹ RELATÓRIO FIGUEIREDO, Op. Cit, **Relatório volume síntese**, p. 18, fls. 1764, fls. 1842.

Figura 6: Documento da relação de denúncias contra Attilio Mazzaloti – chefe do Posto Indígena Dr. Selistre de Campos.



Fonte: BRASIL. **Relatório volume síntese.** Ministério do Interior. Relatório Jader Figueiredo 1967-1968. 10 setembro 1968. Acervo online.

Vemos que para além da venda ilegal da madeira era comum o uso da mão de obra indígena em plantações ocorrendo um trabalho compulsório. Nas páginas que seguem no relatório síntese é possível observar que fortunas foram feitas por meio de enriquecimentos ilícitos à custa dos indígenas. Práticas como arrendamentos de terras, concessões para terceiros a fim de exploração extrativista dentro da área indígena, entre outros, foram muito comuns durante as administrações exercidas pelos funcionários do órgão indigenista.

A autossuficiência deveria ser através da “renda indígena” por meio do trabalho em roça e/ou lavoura do PI, e assim esse dinheiro deveria ser direcionado às comunidades¹⁵², mas ao invés disto, os rendimentos sempre tomavam caminhos dos interesses particulares¹⁵³ dos funcionários do Posto. Autorizações de contratos referentes a extração de pinheiros também tinham fraudes, sendo que era estabelecido que somente 43% do valor da produção ia para a renda do PI e os 57% restante ficam com os madeireiros, como no caso de Danton Machado

¹⁵² SANTOS, Op. Cit, 1970, p. 55.

¹⁵³ RELATÓRIO FIGUEIREDO, Op. Cit, **Relatório volume síntese**, p. 22, fls. 1840, fls. 1868.

além de - não depositava a renda indígena em bancos oficiais, quando chefe da IR7 chegou a ganhar propinas¹⁵⁴ como diárias para viagens particulares e até mesmo um automóvel. Foram serrados 1.180 pinheiros e ainda mandou reiniciar o corte após a proibição ministerial.¹⁵⁵

Sebastião Lucena da Silva também aparece como um dos maiores responsáveis pela devastação, abate excessivo e desordenado de pinheiros no PI Dr. Selistre de Campos. Recebendo o produto das vendas irregulares¹⁵⁶ no PI Selistre de Campos esse também não depositava a renda indígena em bancos oficiais. Dentro do relatório consta que ele plantava no P.I em parceria com o Índio Alípio.

Na mesma década onde o SPI é substituído pela FUNAI, e nas décadas seguintes desenvolveu o “Projeto Pinho” que passa a dar segmento à extração, mesmo que realizada de outra maneira, atestando o “aproveitamento de madeiras mortas, mas a prática demonstrou um projeto empresarial de esgotamento.”¹⁵⁷

Esses impactos afetam diretamente as “relações criadas entre homem e natureza como forma de relação estabelecida pelo povo com o território”¹⁵⁸, o vínculo que foi estabelecido com a terra fortalecido pela cosmologia do povo Kaingang.

Para esse povo, o pertencimento a terra e o uso dado ao meio que circunda sua vivência fazem parte de sua cosmovisão, principalmente ao construírem sua identidade como Kaingang.

¹⁵⁴ Idem.

¹⁵⁵ RELATÓRIO FIGUEIREDO, Op. Cit, **Relatório volume síntese**, p.62-63.

¹⁵⁶ RELATÓRIO FIGUEIREDO, Op. Cit, **Relatório volume síntese**, p. 1765, fls. 4474 a 4479.

¹⁵⁷ SANTOS, Op. Cit, 1970, p. 65-66.

¹⁵⁸ ALMEIDA, Op. Cit, 2012, p. 320.

CAPÍTULO 3 SAÚDE E ALIMENTAÇÃO NO CONTEXTO KAINGANG

3.1 Kaingang: Corpo e Natureza

A relação constituída entre homem e natureza é fundamental para a compreensão da organização social e da visão de mundo do povo Kaingang. Sua cosmovisão está cercada pelas relações que foram estabelecidas por eles com seu território histórico tradicional, sendo assim, “apresentam papel significativo na existência dos universos humanos, natural e sobrenatural”¹⁵⁹. Isso influencia também as diversas formas estabelecidas na ligação entre saúde e alimentação com o modo de vida Kaingang.

Estas relações criadas entre sociedade e ambiente indica o que Almeida coloca em sua narrativa como *habitus social*¹⁶⁰ do povo, sendo que ao pensarmos em categoria de pessoa¹⁶¹ como parte que resulta dessa relação. Dentro de sua lógica cultural, os Kaingang possuem suas concepções de tempo e espaço da qual diferem da visão ocidental de mundo, ou seja:

Território, para os Kaingang, também é o espaço onde habitam os espíritos de seus ancestrais e outros seres sobrenaturais. É onde estão enterrados os seus mortos e onde os vivos pretendem ‘enterrar os seus umbigos’. (...) A concepção indígena de território tem, assim, uma dimensão sociopolíticocsmológica muito mais ampla do que na concepção do branco. Pode-se afirmar que os Kaingang dependem, na construção de sua identidade (...), dessa relação mitológica com seu território.¹⁶²

Na construção do sujeito social Kaingang, os vínculos com o território são fundamentais para a constituição e fabricação dos corpos, físico e cultural. Assim como as metades clônicas do mito de surgimento do povo Kaingang, *Kamé* e *Kainhru*, consideramos a noção de pessoa como este produto das relações entre natureza e sociedade, trabalhando os elementos em complementaridade e reciprocidade, exposto por Rosa com as práticas contínuas que envolvem comportamentos desde a alimentação consumida até relações políticas e rituais em certo amalgama entre corpo e espírito.

A categoria da pessoa para os Kaingang (...) o modelo proposto por Viveiros de Castro (2002), onde a divisão entre o corpo e a alma manifesta uma polaridade que (...) traduz o cerne da questão sobre a concepção de tal categoria para grupos ameríndios. Assim, a noção de pessoa Kaingang é o

¹⁵⁹ ALMEIDA, 2012, Op. Cit, p. 319.

¹⁶⁰ Idem.

¹⁶¹ ROSA, Patricia Carvalho. A noção de pessoa e a construção dos corpos Kaingang na sociedade contemporânea. **Espaço ameríndio**. Porto Alegre, v. 2, n. 1, jan/jun, 2008, p. 19.

¹⁶² TOMMASINO, 2002, Op. Cit, p. 84.

conjunto dos elementos práticos e simbólicos que envolvem a construção do corpo e a nomeação. O nome, relacionado ao espírito, indica o caráter e atuação do corpo, expressa em suas práticas, as relações também de afinidade. Seria o nome, assim, o elo que materializa a relação entre o *socius* e o *cosmos*.¹⁶³

A classificação da categoria de natureza para o povo é o que determina o vínculo com seu ambiente físico, espaço de sobrevivência e de reprodução cultural.¹⁶⁴

Tendo em mente o contexto socio-histórico do povo, como formas de resistência e sobrevivência os Kaingang (re)assignificaram práticas culturais cotidianas. O que, por conseguinte, não impediu que esses indígenas continuassem dentro de sua própria lógica cultural. O corpo continua sendo “entendido enquanto um conjunto de sentidos que congrega os aspectos sociais, biológicos e culturais, constituindo uma identidade social no qual ele é o produto e produtor da estrutura e da cosmologia”¹⁶⁵ assim a construção dos corpos transcorre as práticas que são expressas e representadas por meio deste. Portanto, ao pensarmos o modo de vida Kaingang na relação corpo e natureza, não podemos deixar de lado a importância dos recursos fornecidos pela fauna e flora e como influenciam nas suas práticas sociais, os sentidos e representações expressadas por meio do corpo e como este é constituído.

Baseada no dualismo, as metades exogâmicas fazem parte da organização social deste povo, que regem diversas dimensões da vida, principalmente no que toca às questões da sociabilidade Kaingang. Como vimos que cada elemento e ser da natureza fazem parte de uma das metades, *Kamé* ou *Kainhru*, formando o todo. A construção do lugar por esse grupo de pessoas trás a percepção da ancestralidade que acaba gerado vínculos¹⁶⁶ afetivos com esse território e seus compartilhamentos.

Sabemos que esses territórios fazem parte das regiões de planaltos no Sul do Brasil, como abordamos no capítulo 1, e que estes locais são de predominância das matas de araucárias. Por meio dos escritos etnográficos e as trocas durante as saídas de campo, nos tempos dos antigos vinha destas árvores de pinheiros a base da alimentação do povo, o pinhão. Essas sementes são ricas em proteínas, vitaminas, hidrato de carbono¹⁶⁷, por isso constituía o principal alimento deste povo, suprindo os nutrientes que o corpo precisa. Por todo o local de predominância dessas matas havia uma vida ecológica abundante, como as carnes de caça, sendo que os animais serviam de alimentos para os Kaingang e então com à

¹⁶³ ROSA, 2008, Op. Cit, p. 23.

¹⁶⁴ TOMMASINO, 2002, Op. Cit, p. 81.

¹⁶⁵ ROSA, 2008, Op. Cit, p. 31-32.

¹⁶⁶ BIAZI, 2017, Op. Cit, p. 50-52.

¹⁶⁷ Tabela nutricional do pinhão disponível em: <https://www.embrapa.br/florestas/valor-nutricional-do-pinhao>.

abundância da caça em tempos antigos não era preciso comprar carnes nas mercearias da região, como é feito atualmente.

A relação com as matas de araucárias e esse povo se dá de maneira intrínseca, elementos culturais como as práticas das coletas, do pinhão e a do mel, envolviam a participação de todos os membros da aldeia, independentemente gênero e idade. Mabilde descreve, em “Apontamentos sobre os indígenas selvagens da Nação Coroados das matas da Província do Rio Grande do Sul”, como era realizada a coleta do que o autor chama de “o seu principal – e quase exclusivo alimento”¹⁶⁸.

Os meses de maio, junho e julho, (...) as pinhas estão bem maduras, (...), os coroados sobem nos pinheiros e, com uma taquara, desprendem as pinhas. As mulheres juntam as pinhas em cestos que carregam às costas para um lugar areento e úmido, onde são enterradas. Assim as conservam para comerem nos meses em que aquela fruta falta nas árvores.¹⁶⁹

Esses alimentos coletados da natureza são conhecidos como as “comidas do mato” e também há também os “remédios do mato” ambos retirados das matas envolventes, sendo que estas representam a saúde ligada à purificação e espiritualidade do povo. Os dois princípios sob a ótica Kaingang também significam saúde para o corpo¹⁷⁰ onde seus saberes são transmitidos e conhecidos por especialistas Kaingang que manipulam tais fundamentos.

Possuímos um apreço incomensurável pelas matas, são locais que temos muito respeito, pois a mata não é apenas uma reserva de alimentos, ela possui vida, um dono e também é local onde habitam os espíritos. Toda cultura e o conhecimento são transmitidos principalmente pelos kófa Kaingang, que são os sábios que possuem um vasto conhecimento da cultura, tradição e da natureza, de seus benefícios e de tudo o que ela tem a nos oferecer, tanto para alimentação quanto para a saúde. Ainda nos dias atuais que vivemos, os remédios utilizados são coletados na mata e alguns alimentos como folhas e raízes, e a coleta do mel, a caça e a pesca - que também são remédios -, além de alimentar nosso corpo, o próprio alimento nos purifica, eliminando o que há de ruim.¹⁷¹

Tendo essa fartura das matas de fauna e flora, a alimentação era muito mais saudável para a dieta diária, pois as necessidades básicas do ser humano eram retiradas da natureza. O fim deste meio de obtenção de alimentos gerou para gerações do presente especialmente problemas relacionados à nutrição e à saúde, das pessoas localizadas na comunidade no decorrer do que é chamado de uma ocidentalização da alimentação que comentaremos mais adiante.

¹⁶⁸ MABILDE, Pierre F A. Booth. **Apontamentos sobre os indígenas selvagens da Nação Coroados dos matos da Província do Rio Grande do Sul**. São Paulo: BRASA; Brasília: INL, Fundação Nacional Pró-Memória, 1983, p. 125-126.

¹⁶⁹ Idem.

¹⁷⁰ BIAZI, 2017, Op. Cit, p. 127.

¹⁷¹ Ibid, p. 36.

3.2 Extração da Madeira e a Saúde Kaingang

Conforme frisado, os territórios históricos do povo Kaingang foram locais com abundância de recursos naturais, despertando assim interesses econômicos de terceiros como abordado no capítulo 2. Torna-se ainda mais evidente o interesse pelas localizações quando a coroa, na época do império, decide pelo “avanço das frentes pastoris, buscando novos campos para a criação de gado”¹⁷². Lembrando que a geopolítica adotada pelo governo imperial por demanda de terras para a colonização do oeste catarinense foi impulsionada por tais políticas.

Como abordado pela maioria dos autores utilizados neste estudo, durante todo o processo histórico pelo qual o país passou, um dos maiores problemas que permeou essa trajetória, foi a questão de fronteiras, devido às proporções continentais do Brasil.

O oeste catarinense e parte do território do oeste paranaense, terras que fazem parte da extensão habitada pelas populações Kaingang, a questão de fronteira desenvolveu-se em diversas disputas intensas, seja ela internas entre os dois estados ou externos como o conflito com a vizinha Argentina. “Após uma decisão por meio do arbitramento internacional que foi favorável ao Brasil, utilizando do argumento de que a região em disputa continha em sua maioria, habitantes brasileiros.”¹⁷³ Algumas medidas foram tomadas pelo governo como o Decreto Imperial sobre as colônias militares para fins protecionistas referentes às suas terras. Ambos os países desenvolveram economias exploratórias da extração de erva-mate e da madeira.

As empresas colonizadoras claramente foram favorecidas por medidas governamentais, que visavam o aclamado desenvolvimento da nação que tanto justificou o intervencionismo de Estado nas aldeias. O “governo do estado de Santa Catarina repassou essas terras para as empresas colonizadoras (...)”¹⁷⁴ usaremos como exemplo a empresa citada pelos autores D’Angelis e Brighenti em seus trabalhos, a Empresa Luce, Rosa & Cia e outras companhias colonizadoras também lucraram com essa medida. Além de atuarem em territórios Kaingang também operaram em territórios Xokleng na mesma lógica de exploração, alcançando assim lucros exorbitantes com a exploração a partir da retirada da madeira dessas terras após a máxima extração de seus recursos naturais era realizada a venda delas.¹⁷⁵

¹⁷² D’ANGELIS, 2006, Op. Cit, p. 275.

¹⁷³FERRARI, Maristela. **Conflitos e povoamento na fronteira Brasil-Argentina**: Dionísio Cerqueira (SC), Barracão (PR) e Bernardo de Irigoyen (Misiones). Florianópolis: Ed da UFSC, 2010, p. 72-73.

¹⁷⁴BRIGHENTI, 2012, Op. Cit, p. 113.

¹⁷⁵ Idem.

Ao enraizarem o discurso pejorativo construído sobre as sociedades indígenas, suas terras foram diretamente atacadas com o intuito de produção agrícola extensiva. A extração da erva mate foi uma produção “extremamente importante [economicamente], sobretudo na região sul do Brasil a partir da segunda metade do século XIX, até aproximadamente 1930”¹⁷⁶.

A instalação do Posto Indígena coincidiu com mesma década em que há valorização do comércio da madeira devido ao contexto econômico e social de destruição da Segunda Guerra Mundial.

A busca pela subsistência, meta que era proposta pelo SPI para os PIs, o comércio da madeira aproveitou desta forma de administração do órgão indigenista em conjunto com empresas colonizadoras e serrarias, posteriormente instaladas, lucrando em demasiado nos variados setores de exploração dentro da área indígena.

As economias de extração dos recursos naturais geraram impactos acentuados nos modos de vida dos Kaingang, presentes nas denúncias que “Selistre de Campos escreveu em seus artigos fazendo diversas denúncias sobre o estado de saúde em que a comunidade se encontrava e os modos como os indígenas eram tratados pelos agentes que trabalhavam no posto”¹⁷⁷. A visão administrativa empreendedora capitalista dominou a perspectiva adotada pelo órgão indigenista, na década de 1960, que o próprio abriu concorrência em forma de licitação para extração e venda de pinheiros, o que acabou principiando a entrada de serraria dentro da área indígena cada vez mais¹⁷⁸. Mesma década onde o SPI é substituído pela FUNAI, em que abordamos brevemente a continuidade nas políticas adotadas, referente ao desenvolvimento do “Projeto Pinho” que seria o aproveitamento das madeiras mortas¹⁷⁹.

Esses impactos afetam diretamente as “relações criadas entre homem e natureza como forma de relação estabelecida pelo povo com o território”¹⁸⁰, esse vínculo estabelecido com a terra é ainda mais fortalecido pela mitologia do povo Kaingang nos relatos etnográficos analisados. Para eles o pertencimento à terra e o uso dado ao meio que circunda sua vivência fazem parte de sua cosmovisão, principalmente ao construírem sua identidade como Kaingang.

Com os esgotamentos da fauna e da flora, um dos principais alimentos que se constitui como uma importante fonte nutricional para o dia a dia, o pinhão, fruto das árvores de

¹⁷⁶ FERRARI, 2010, Op. Cit, p. 135.

¹⁷⁷ MANFROI, 2008, Op. Cit, p. 88.

¹⁷⁸ D'ANGELIS, 2006, Op. Cit, p. 328.

¹⁷⁹ As madeiras mortas são aquelas que foram expostas a algum fenômeno climático que acabaram causando a condenação daquela a árvore.

¹⁸⁰ ALMEIDA, 2012, Op. Cit, p.320.

araucária, tornou-se escasso na dieta Kaingang. A coleta desse alimento “era umas das práticas fundamentais dos Kaingang”¹⁸¹, onde a concentração de nutrientes no alimento é necessária para as épocas mais frias, sendo também realizada a colheita nesse mesmo período do ano, e em consequência da falta dessa fonte nutricional começou gradualmente uma ocidentalização das refeições com o aumento das compras de produtos alimentícios feitos nos comércios da região.

O consumo de alimentos industrializados chamados de “comida fraca”¹⁸² por Oliveira passa a afetar diretamente a saúde e como é pensada a configuração dos corpos do povo Kaingang, ou seja, por terem baixas cargas nutricionais, os alimentos industriais podem e muitas vezes são prejudiciais à saúde, causando assim um déficit nutricional que acaba se tornado inevitável pelo esgotamento dos recursos naturais.

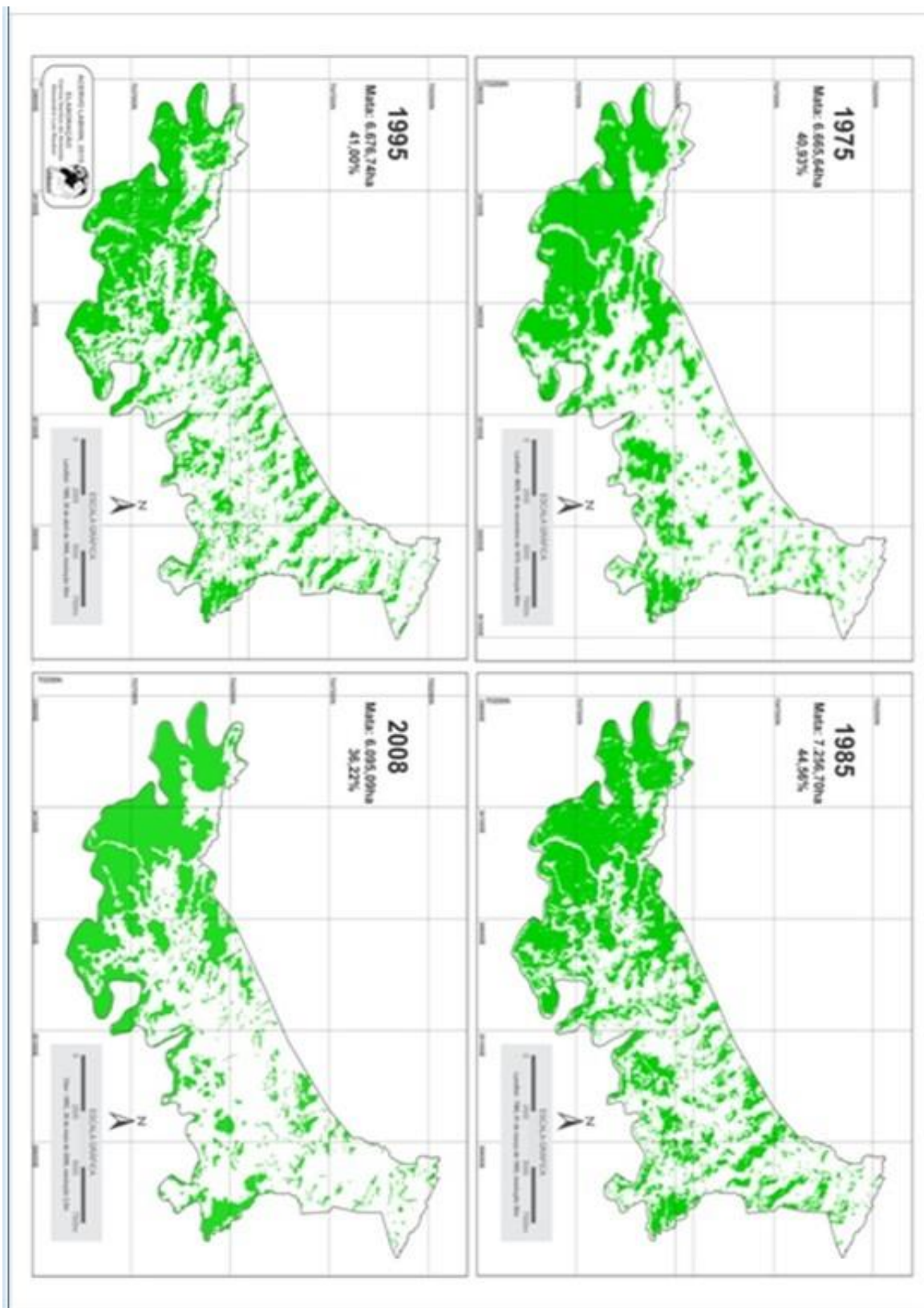
O desmatamento que aconteceu em larga escala originou a “necessidade de o indígena vender sua mão de obra para garantia de uma renda”¹⁸³, o que acaba influenciando diretamente nos hábitos alimentares e de saúde em geral praticados por eles. Assim, o trabalho na agricultura tornou-se muito comum, pois iam trabalhar na roça do colono, o que muitas vezes impedia esses indígenas de cultivarem sua própria horta a fim de conseguir sua subsistência

Figura 7: Perspectiva da cobertura florestal da Terra Indígena Xaçepó e Glebas A e B para os anos de 1975, 1985, 1995 e 2008.

¹⁸¹ OLIVEIRA, Philippe Hanna de Almeida. **Comida forte e comida fraca** : alimentação e fabricação dos corpos entre os Kaingáng da terra indígena Xaçepó (Santa Catarina, Brasil). Florianópolis, 2009. ix, 142 p. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Florianópolis, 2009, p. 60.

¹⁸² Idem.

¹⁸³ SANTOS, Op. Cit, 1970, p. 49.



Fonte: Elaborado pelo geógrafo Alexandre L. Rauber e por Carina S. de Almeida a partir das imagens de satélites LandSat – MSS, 1975. LandSat – TM5, 1985. LandSat – TM5, 1995. Cbers – HRC, 2008, todas disponibilizadas pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais/INPE. Acervo LABHIN/UFSC, 2015.

Como podemos perceber na Figura 6, mapa que mostra a transformação na cobertura floresta da TI Xaçecó, a diminuição de sua cobertura florestal ocorreu em grande escala.

A forte exploração da madeira resultou na escassez de diversas matérias-primas e da biodiversidade local, que por sua vez interfere diretamente na maneira Kaingang de se alimentar. Sendo que “no tempo dos antigos”, onde há relatos dos próprios indígenas¹⁸⁴, existia uma abundância de alimentos que anteriormente eram provenientes das matas locais e, portanto, pouca coisa era comprada nos comércios vizinhos. Os proprietários eram colonos, o que muitas vezes acabava causando conflito devido à toda carga histórica de preconceito e exclusão, criada e tensionada desde o instante da chegada dos primeiros colonos.

Não, aquele tempo era mior. Hoje em dia o índio ta...tá...tá ruim de vivê. Tem que vivê só no comprado, aquele que não pranta né? Tem muitos que não gostam quase de prantá. Naquele tempo os índio prantavam, tudo que era coisa. Hoje é difícil cruzá numa casa que tenha um pé de mio prantado mesmo.¹⁸⁵

O trabalho na agricultura tornou-se muito comum, após as políticas de concentração das populações utilizada com os povos indígenas e as imigrações na região sul, limitando as práticas do modo de vida e na alimentação deste povo. O trabalho compulsório do qual os funcionários do SPI, encarregados pelo PI, impuseram para a população da TI segundo Bringmann foi usado como um instrumento de controle social se respaldando na institucionalização da tutela, empregando programas de nacionalização, intervenções econômicas e educacionais.

Esse sistema de trabalho obrigatório que usou compulsoriamente a mão de obra indígena introduzido pelo órgão indigenista deu-se através das “lavouras comunitárias”, onde a atuação do Serviço de Proteção ao Índio causou “uma ruptura com as atividades de subsistência dos antigos. O SPI foi responsável por sistematizar a produção agrícola ao implantar modalidades produtivas com finalidades comerciais”¹⁸⁶, configurando então o sistema de panelões como um modelo de produção.

No regime de trabalho então implantado, os índios deixavam de ter direito de trabalhar em suas roças, sendo obrigados a trabalhar nas roças do posto “a

¹⁸⁴ GAVÉRIO, Bruna. **Caderno de Campo: saídas para Terra indígena Xaçecó**. Santa Catarina – UFSC/LABHIN, 2014-2016.

¹⁸⁵ RODRIGUES, Noé. 89 anos. Entrevista [2012]. Entrevistadores: Sandor F. Bringmann, Carina S. de Almeida e Luana M. da Silva. Transcrição de Sandor F. Bringmann. Aldeia Sede, Terra Indígena Xaçecó. 9 de maio de 2012. Acervo LABHIN/UFSC, 2015, p. 12.

¹⁸⁶ BRINGMANN, Sandor Fernando. **Entre os índios do Sul: uma análise da atuação indigenista do SPI e de suas propostas de desenvolvimento educacional e agropecuário nos postos indígenas Nonoai/RS e Xaçecó/SC (1941-1967)**. 2015. 452 p. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Florianópolis, 2015, p. 236.

troco de comida”: os homens para um lado, e as mulheres para outro. A comida era feita em uma cantina, em grandes panelas o que levou esse sistema a ficar conhecido como “panelão”.¹⁸⁷

Esse sistema de produção que se tornou os panelões foi introduzido como meio de estímulo para que os indígenas passassem a produzir cada vez mais para o mercado agropecuário. Instalando sobre as terras agricultáveis, da qual foi incorporada as terras indígenas no processo de produção e de demandas agrícolas¹⁸⁸.

Introduzida pelas ações estatais, a noção de propriedade privada estimulou entre as pessoas da comunidade o sentido de competitividade, isto porque anteriormente, a propriedade, em terras Kaingang era pensada de maneira mais coletiva, onde “o cultivo da terra e a repartição dos recursos obtidos com o plantio, caça e coleta, eram regrados pelas relações sociais derivadas do parentesco, de modo que não se conhecia o aproveitamento individual da terra e a apropriação individual dos seus produtos”¹⁸⁹. A partir dessa contextualização, o povo Kaingang passou por um processo de mudança em seus aspectos culturais, afetando a língua materna, os costumes, o modo de vida e a maneira de se alimentar.

Em consequência desta violência simbólica, que se traduz em uma forma de impedimento da realização de práticas cotidianas do modo de vida dos povos indígenas, a ocidentalização da dieta de determinadas famílias ocorreu de maneira mais acentuada, o que causou o aumento considerável de doenças crônicas desenvolvidas pela população conforme uma entrevista realizada por Manfroi¹⁹⁰ com Silvana Sequinato, agente de saúde do posto da saúde da TI.

Portanto, ao pensarmos o modo de vida Kaingang, não podemos deixar de lado a importância dos recursos fornecidos pela natureza e como influenciam nas práticas sociais cotidianas, os sentidos e representações expressadas por meio do corpo e como este é constituído. Voltando a questão da tradição oral, aqui Biazi e Ercigo colocam o papel fundamental feito pelos *Kofá* “que são os sábios que conhecem a natureza e seus benefícios e tudo o que ela tem a nos oferecer tanto para alimentação como para a saúde, nos dias atuais ainda são utilizados os remédios do mato e alguns alimentos como folhas e raízes e a coleta

¹⁸⁷ VEIGA, Juracilda. **O processo de privatização da posse da terra indígena**. Portal Kaingang, 2006, p. 05.

¹⁸⁸ Ibid, p. 06-08.

¹⁸⁹ Ibid, p.02.

¹⁹⁰ SEQUINATO, Silvana **Entrevista** [2008]. Entrevistadora: Ninarosa Mozzato da Silva Manfroi. Transcrição: Ninarosa Mozzato da Silva Manfroi. Posto de Saúde, Terra Indígena Xapecó/SC, 2008. Acervo LABHIN/UFSC, p. 03.

do mel, caça e pesca.”¹⁹¹, assim é o modo como são transmitidos os costumes e os conhecimentos ao passar das gerações.

Atualmente algumas atividades para fins de pesca, coleta e caça passou a serem realizadas em menores escalas, algumas chegam a ser quase nulas, sendo que a proteína do peixe não faz parte da alimentação central dos Kaingang. Atualmente esses tipos de atividades viraram práticas para fins de lazer devido à escassez das carnes de caça.

A partir de dados coletados por meio da pesquisa realizada com o projeto OBEDUC/1585, observamos que das 85 famílias que foram consultadas por meio de instrumento investigativo, 43 famílias possuem roça. Plantando culturas de milho, mandioca, feijão, batata-doce. As que possuem horta o número aumenta pra 51 sendo o plantio mais comum de verduras e hortaliças, ademais em muitas dessas casas há árvores frutíferas nas suas proximidades ou até mesmo no próprio quintal.¹⁹² Com uma variedade enorme de árvores as famílias descreveram algumas como o pessegueiro, laranjeira, bergamoteira, além da amoreira, limoeiro, bananeira, entre outros.

Não podemos negar que muitos povos indígenas vivem situações dramáticas relacionadas à saúde. De modo geral o contato com o não índio foi um dos fatores (não o único) das transformações no modo de vida indígena causando consequências nem sempre boas nas condições de vida e saúde, e proporcionando maiores riscos para problemas nutricionais. A roça é muito utilizada por toda a comunidade, embora que em tempos de SPI para muitos o cultivo ficava difícil em razão das extensas horas de trabalho nas “lavouras comunitárias” do Posto, impossibilitando o plantio próprio. A criação de animais tais como porco e galinha, também foi estimulada pelo SPI¹⁹³ e ainda são presentes na região.

A devastação ecológica ocorrida de forma muito rápida e intensa na TI acabou atingindo as dietas cotidianas desse povo, sendo muitos alimentos que eram coletados no mato, atualmente fica quase que impossível pegá-los. Já não há mais uma mata abundante como antigamente, como por exemplo, a retirada do mel que era um costume para os mais antigos da comunidade. Essa intensa atividade das serrarias dá início ao ciclo da fome¹⁹⁴, diminuindo consideravelmente a mata da região e como consequência disto a escassez das

¹⁹¹ BIAZI; ERCIGO, Op. Cit, 2014, p.17-18.

¹⁹² Dados extraídos do instrumento 4/2013, aplicado no âmbito do OBEDUC 2012 “Ensino, Saberes e Tradição: elementos a compartilhar nas Escolas da Terra Indígena Xapecó/SC”: a Doc. LABHIN/UFSC, 2013. (in mímeo).

¹⁹³ ALMEIDA; NÖTZOLD, Op. Cit, 2013, p. 07.

¹⁹⁴ Ver em: GAVÉRIO, BRUNA; ROSA, HELENA A. Mudanças na alimentação Kaingang: um debate necessário a partir das práticas na terra indígena xapecó. **Anais do XV Encontro Estadual de História “1964-2014: Memórias, Testemunhos e Estado”**. 11 a 14 de agosto de 2014, UFSC, Florianópolis.

araucárias de onde vem o pinhão. Essas sementes são ricas em proteínas, por isso constituía o principal alimento deste povo, suprimindo os nutrientes que o corpo precisa, sem contar que ainda serve de alimento para os animais.

Tendo certa fartura nas matas no sentido de fauna e flora, a alimentação era muito mais barata e saudável para a dieta diária do povo, pois aquilo que precisasse de necessidades básicas do ser humano era retirado da natureza, o fim desta possibilidade acabou gerando maiores dificuldades no dia-dia, especialmente problemas relacionados à nutrição e à saúde, das pessoas localizadas na comunidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer deste trabalho de conclusão de curso priorizamos evidenciar as formas como os Kaingang se relacionaram e se relacionam com o meio, mesmo com o aumento do contato com a sociedade envolvente e o intenso intervencionismo de Estado dentro da T.I. Xapecó. O que nos leva ao foco desta pesquisa, onde as profundas marcas deixadas na paisagem local com a intensa extração dos recursos naturais a necessidade da ressignificação, das transformações e de resistência nos mais variados âmbitos do cotidiano Kaingang, pois as trocas entre homem e natureza estabelecem como são construídos os sujeitos sociais.

Todo o processo histórico vivenciado pelos povos indígenas no Brasil é marcado por um delineamento de inúmeras violências acometidas contra os mesmos desde a época da colônia até na atualidade em que vivemos, no século XXI. As justificativas sempre giraram em torno do progresso, um ideal edificado principalmente com o domínio dos meios capitalistas de produção. Esse tal sentimento de progresso foi a execução de diversas políticas de cunho desenvolvimentista e os indígenas não eram vistos como parte deste causando discussões intensas dentro de instituições sociais: integração à sociedade nacional ou o extermínio desses povos indígenas? Se tirarmos um breve instante de reflexão há momentos em que vemos esse pensamento ainda inserido no ideário do senso comum da sociedade brasileira contemporânea.

Nesse trabalho vemos na intrusão dentro da T.I. Xapecó/SC como um exemplo das maneiras abusivas da atuação do Estado, intervenções diretas e indiretas das ações realizadas por órgãos governamentais que possuíam a tal “mentalidade progressista” da nação advinda de um nacionalismo crescente. Ao visualizar esses processos históricos, pelos quais as populações indígenas passaram ao longo da história do país, podemos perceber essas práticas dentro da TI Xapecó/SC, afetando diretamente o modo tradicional de vida Kaingang e suas práticas cotidianas.

Trazendo por meio de uma breve reflexão da saúde e dos corpos Kaingang essa ligação entre o homem e natureza objetivando a saúde vista de modo universalizante e como base fundamental da sobrevivência e da própria vivência, sejam eles indígenas ou não, isso deve ocorrer principalmente com atenção aos cuidados básicos de saúde. Lembrando que é importantíssimo reconhecer que há especificidades de cada povo indígena com sua cultura e o contexto do qual estão inseridos que possuem gigantescas influências e que por vezes determinam o modo de vida das pessoas. Então vemos também a maneira pela qual a saúde

pode ou não ser vista por membros de uma sociedade e/ou comunidade, o que irá determinar os contornos da aplicabilidade de suas políticas.

Algo que o estudo levantado aqui conclui, que é necessário o conhecimento por parte de toda a sociedade brasileira sobre as tradições culturais dos povos indígenas no país, pois como colocado inicialmente todas as formas de governo e seus governantes utilizaram de violências físicas e simbólicas nas comunidades para fins de interesses lucrativos, principalmente para as classes dominantes. Vemos atualmente, no ano de 2019, onde os povos indígenas estão cada vez mais perdendo seus direitos duramente conquistados através do movimento indígena em um desgoverno que está construído em uma estrutura de violência e agressividade direcionada as camadas marginalizadas pela sociedade.

Creio que nos cabe aqui colocar também sobre os caminhos traçados pelos órgãos estatais que lidam com as populações tradicionais do país. A FUNAI que por muitos anos apenas seguiu com as continuidades de políticas exercidas pelo SPI, continua como a instituição social destinada à relação entre Estado e povos indígenas, foi sendo deslocada do Ministério da Justiça e desmembrada a demarcação de terras, ficando de responsabilidade do Ministério da Agricultura comandado pela bancada ruralista. Advertindo que em governos anteriores também não foram os melhores em relação aos direitos indígenas, mas há muito tempo que não se via de forma tão descarada as medidas tomadas em desfavor a estes povos. Destacando as questões de terras, como foi feito uma “dança das cadeiras” visando estritamente o aumento da produção agropecuária e de grandes latifúndios. A tentativa de extinção da Secretária especial de saúde indígena (SESAI) que foi massivamente protestada, sendo então que o ministro responsável por tal medida voltou atrás.

Muitas vezes os contornos dos interesses políticos e econômicos que sobressaem no momento de formulações e planejamentos dos projetos voltados para a saúde e desenvolvimento sustentável, acabam afetando o modo como isso chegará às populações indígenas, onde existem especificidades que não podem e nem devem ser ignoradas nas horas decisivas, pois as decisões refletem diretamente dentro dessas comunidades por todo o país.

Portanto foi possível trazer a análise de que o descaso com os povos indígenas e as políticas voltadas para as suas aldeias sempre foi tratada assim pelo poder governamental que inúmeras vezes seguiam a lógica de interesses particulares daqueles que estavam dentro da máquina do Estado.

Foi através do projeto do OBEDUC/LABHIN, citado na introdução, que teve como um dos objetivos específicos, realizar um levantamento sobre a alimentação tradicional Kaingang com métodos, receitas e práticas de elaboração junto às escolas da TI Xaçepó.

Partindo dessa experiência foi que possibilitou o desenvolvimento dessa pesquisa e a análise sobre a forma como a territorialidade para esse povo é percebida, sobre uma ótica em que destacamos os processos históricos vivenciados, está ligado formando um amálgama entre o que é ser Kaingang e seu corpo como configuração de uma identidade, e foi pensando no corpo e espírito, que trouxemos para a concepção de saúde Kaingang.

A partir das observações resultantes da pesquisa notou-se que mesmo os produtos naturais e tradicionais de consumo alimentar do povo Kaingang da TI Xapecó, sejam escassos devido a exploração intensa dos recursos naturais, a preferência à mesa da maioria das famílias é pelos alimentos que remetem aos costumes de seus antepassados. Percebeu-se também, o quanto a saúde e a alimentação do povo Kaingang são indissociáveis e tem uma forte característica ecológica. Onde o relacionar com seu território histórico tradicional evidencia sua identidade enquanto ser Kaingang e a transmissão desses saberes que reúnem os dois mundos dentro da cosmologia do povo.

É possível perceber um campo para o desenvolvimento da complexidade como são concebidas as relações entre a terra e o Kaingang por meio de uma análise que pensa o conceito de saúde para esse povo, o modo de ser Kaingang através dos usos e significados das práticas culturais sobre os remédios e comidas do mato, que percorre noções do natural e sobrenatural.

Logo, vemos que há necessidade de aprofundamento dentro das análises feitas abrindo novos caminhos e problemáticas para estudos e pesquisas futuras, principalmente dialogando com os mais velhos e aqueles que transmitem os saberes Kaingang.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Carina dos S; RAUBER, Alexandre. Entre desmatamento e desenvolvimento: As políticas indigenistas e o processo de integração dos Kaingang no contexto capitalista (Nacional-desenvolvimentista). **VI Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Regional do Rio Grande do Sul: Crises do capitalismo, estado e desenvolvimento regional**, Santa Cruz do Sul/RS, 2013, p. 1-16.

_____. “Era um Pinhalão [...] mato, mato virgem!”: As múltiplas faces da proteção tutelar entre os Kaingang do Xáembetkó. In: NOTZOLD, A.L; ROSA, Helena A; BRINGMANN, Sandor F (orgs). **História, Cultura e Educação indígena: protagonismo e diversidade**. Porto Alegre, RS: LABHIN/UFSC: Pallotti, 2017, p. 109-132.

_____. Tempo e Narrativa: os Kaingang na Etnografia e Etnologia e as Relações entre homem e Natureza. Contribuições para a Etnohistória e História Indígena. In: NÖTZOLD, Ana Lúcia V; ROSA, Helena Alpini; BRINGMANN, Sandor Fernando (orgs). **Etnohistória, História Indígena e Educação**. Porto Alegre: Pallotti, 2012, p. 319-345.

_____. **Tempo, memória e narrativa Kaingang no oeste catarinense: a tradição Kaingang e a proteção tutelar no contexto da transformação da paisagem na terra indígena Xaçecó**. 2015. 542 p. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Florianópolis, 2015.

_____; NÖTZOLD, Ana Lúcia V. **A luta pela terra em território Kaingang: os conflitos na Terra Indígena Xaçecó (SC/Brasil) ao longo do século XX**. Anos 90 (Online), Porto Alegre, v. 18, 2012, p. 279-303.

_____. COMO “CIVILIZAR” O ÍNDIO?! O Serviço de Proteção ao Índio (SPI) e a integração Kaingang no sul do Brasil: o Posto Indígena Xaçecó (SC) entre práticas de desenvolvimento e controle social. In: **Anais eletrônicos do XXVII Simpósio Nacional de História da ANPUH: Conhecimento histórico e diálogo social**. Natal/RN, 2013, p. 1-17.

_____. O impacto da colonização e imigração no Brasil Meridional: contágios, doenças e ecologia humana dos povos indígenas. **Tempos Acadêmicos**. América do Norte, dez. 2010.

ALMEIDA, Maria Celestino. **Os índios na história do Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 2010.

BARTH, Fredrik. Grupos étnicos e suas fronteiras. In: POUTIGNAT, Philippe; STREIFFENART, Jocelyne. **Teorias da etnicidade**. Unesp, 1997, p. 185-228.

BIAZI, Adriana A. B. P. **Espiritualidade e conhecimento da mata na formação dos especialistas de cura Kaingang da T.I. Xaçecó/SC**. Dissertação (mestrado). UFSC, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. PPGAS, Florianópolis, 2017.

_____; ERCIGO, Terezinha G. **A formação do Kujá e a relação com seus guias espirituais na Terra Indígena Xaçecó – SC**. Trabalho de conclusão de curso/ Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da mata Atlântica – UFSC, 2014.

BRIGHENTI, Clovis A. Terras Indígenas em Santa Catarina. In: NÖTZOLD, Ana Lúcia V; ROSA, Helena Alpini; BRINGMANN, Sandor Fernando (orgs). **Etnohistória, História Indígena e Educação**. Porto Alegre: Pallotti, 2012, p. 255-278.

_____. **O movimento indígena no oeste catarinense e sua relação com a igreja, católica na diocese de Chapecó/SC nas décadas de 1970 e 1980**. 2012. 611 p. Tese

(Doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Florianópolis, 2012.

BRINGMANN, Sandor Fernando. **Entre os índios do Sul: uma análise da atuação indigenista do SPI e de suas propostas de desenvolvimento educacional e agropecuário nos postos indígenas Nonoai/RS e Xaçupé/SC (1941-1967)**. 2015. 452 p. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Florianópolis, 2015.

_____. Narrativas singulares, experiências coletivas: História, memória e protagonismo Kaingang em tempos de SPI. In: NOTZOLD, A.L; ROSA, Helena A; BRINGMANN, Sandor F (orgs). **História, Cultura e Educação indígena: protagonismo e diversidade**. Porto Alegre, RS: LABHIN/UFSC: Pallotti, 2017, p. 133-160.

_____. O programa educacional do SPI e os clubes agrícolas escolares: a experiência entre os Kaingang do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina. In: NÖTZOLD, Ana Lúcia V; ROSA, Helena Alpini; BRINGMANN, Sandor Fernando (orgs). **Etnohistória, História Indígena e Educação**. Porto Alegre: Pallotti, 2012, p. 123-148.

CABRAL, Mariana Petry. **No tempo das Pedras Moles: arqueologia e Simetria na Floresta**. Tese de Doutorado, UFPA, 2014. Capítulo 2: 38-47. (PDF)

CARVALHO, José M. de. **A formação das almas: o imaginário da República no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

CAVALVANTE, Thiago Leandro Vieira. Etno-história e história indígena: questões sobre conceitos, métodos e relevância da pesquisa. **História, São Paulo, v.30, n.1**, p. 349-371, jan/jun 2011.

CERTEAU, Michel de. A operação historiográfica. In: _____. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: FU, 2000, p. 65-77.

CORTELETTI, Rafael. Capítulo 1: Os Jê Meridionais e a Tradição Taquara-Itararé. In: _____. **Projeto arqueológico Alto Canoas-Paraca. Um estudo da presença Jê no planalto catarinense**. Tese de Doutorado PPGArq: USP, 2012, p. 5-33.

CUNHA, Manuela C. da. **Legislação Indigenista no século XIX**. São Paulo: Edusp, 1992.

_____. **Cultura com aspas e outros ensaios**. São Paulo: Ubu Editora, 2017.

_____. Identidade étnica. In: SALLUM JR, Brasílio; SCHWARCZ, Lilia M; VIDAL, Diana; CATANI, Afranio (orgs). **Identidades**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2016.

_____. Introdução a uma história indígena. In: _____. **História dos Índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das letras, Secretária Municipal de Cultura, 1992, p. 09-24.

_____. Política indigenista do século XIX. In: _____. **História dos Índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das letras, Secretária Municipal de Cultura, 1992, p. 133-154.

D'ANGELIS, Wilmar da Rocha. Para uma história dos índios do oeste catarinense. In: **Cadernos do CEOM: CEOM 20 anos de memória e Histórias do Oeste de Santa Catarina**. Chapecó: Argos, 2006. Ano 19, nº 23.

DA MATTA, Roberto. Antropologia e história. In: **Relativizando: uma introdução a antropologia social**. RJ: Rocco, 2010.

DOSSE, François. História do tempo presente e Historiografia. **Revista Tempo e Argumento**. Florianópolis, v. 4, n. 1, 2012, p. 5-23.

FAUSTO, Carlos. **Os índios antes do Brasil**. Zahar, Rio de Janeiro, 2000.

FERNANDES, Ricardo Cid. **Autoridade política Kaingang: um estudo sobre a construção da legitimidade política entre os Kaingang de Palma/Paraná**. Dissertação (mestrado em Antropologia) – PPGAS/UFSC. Florianópolis, 1998.

_____. **Política e parentesco entre os Kaingang: uma análise etnológica**. Tese de Doutorado. PPGAS – USP, São Paulo, 2003.

FERRARI, Maristela. **Conflitos e povoamento na fronteira Brasil-Argentina: Dionísio Cerqueira (SC), Barracão (PR) e Bernardo de Irigoyen (Misiones)**. Florianópolis: Ed da UFSC, 2010.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Ed. Rio de Janeiro: Geral, 2001.

FREITAS, Ana Elisa C. Territórios ameríndios: espaços de vida nativa no Brasil Meridional. In: BERGAMASCHI, Maria Aparecida (org). **Povos Indígenas & Educação**. Porto Alegre: Editora Mediação, 2008, p. 17-28.

GARNELO, Luiza. Política de saúde indígena no Brasil: notas sobre as tendências atuais do processo de implementação do subsistema de atenção à saúde. In: GARNELO, Luiza; PONTES, Ana Lúcia. **Saúde Indígena: uma introdução ao tema. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria da Educação continuada, alfabetização, diversidade e inclusão**. Brasília, Unesco, 2012, p. 18-58.

GOLDMAN, Marcio. Lévi-Strauss e os sentidos da história. **Revista de Antropologia. Vol. 42. N 1-2**. São Paulo, 1999, p. 1-11.

HALL, Stuart. **Identidade cultural da Pós-Modernidade**. 10ª edição, DP&A editora, 1992.

HARTOG, François. Chateaubriand: entre o antigo e o novo regime de historicidade. In: **Regimes de historicidade: presentismo e experiências no tempo**. BH: Autêntica, 2013.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura – Um Conceito Antropológico**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.

LEITE, Mauricio S. Nutrição e Alimentação em Saúde Indígena: notas sobre a importância e situação atual. In: GARNELO, Luiza; PONTES, Ana Lúcia. **Saúde Indígena: uma introdução ao tema**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria da Educação continuada, alfabetização, diversidade e inclusão, 2012, p. 156-183.

LÉVI-STRAUSS, Claude. Introdução: história e etnologia. In: _____. **Antropologia Estrutural**. São Paulo: Cosac Naify, [1976] 2102, p. 11-40.

LIMA, Antonio C. de Souza. **Um grande cerco de paz: poder tutelar, indianidade e formação do estado no Brasil**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

LITTLE, Paul. Territórios sociais e Povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade. In: **Anuário Antropológico / 2002-2003**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2004, p. 251-290.

LOPEZ, Luis Roberto. **História do Brasil contemporâneo**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980.

MAGALHÃES, Edvard Dias (Org.). **Legislação indigenista brasileira e normas correlatas**. Brasília: FUNAI/CGDOC, 2005.

MANFROI, Ninarosa Mozzato da Silva. **A história dos Kaingang da terra indígena Xapecó (SC) nos artigos de Antônio Selistre de Campos: jornal a Voz de Chapecó 1939-**

1952. Florianópolis, SC. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina, PPGH, 2008.

MOTA, Lucio Tadeu. A Denominação Kaingang na Literatura Antropológica, Histórica e Linguística. In: TOMMASINO, Kimiye; MOTA, Lucio T; NOELLI, Francisco Silva (orgs). **Novas Contribuições aos Estudos Interdisciplinares dos Kaingang**. Londrina: Eduel, 2004, p. 01-16.

_____. **As guerras dos índios Kaingang: a história épica dos índios Kaingang no Paraná (1769-1924)**. Editora da Universidade Estadual de Maringá, 1994.

NEVES, Eduardo Goes. Os índios antes de Cabral: arqueologia e história indígena no Brasil. In: SILVA, Aracy Lopes e GRUPIONI, Donizete. **Temática Indígena na escola**. MEC/MARI/UNESCO, São Paulo: Brasília, 2000:171-196.

NÖTZOLD, Ana Lúcia V (org.). **O ciclo de vida Kaingáng**. – Florianópolis: [s.n.], Imprensa Universitária da UFSC, 2004.

_____; ROSA, Helena Alpini (Orgs.) **História e cultura Kaingang Escola Indígena de Educação Básica Cacique Vanhkrê – livro 2**. 1. Ed. Florianópolis: Pandion, 2011.

_____. Percepções dos usos de produções didáticas em uma escola Kaingang. In: **Revista Pedagógica**. Chapecó, v.17, n.34, jan/abr. 2015.

_____; MANFROI, Ninarosa M. da Silva (orgs). **Ouvir Memórias, Contar Histórias: Mitos e Lendas Kaingang**. Santa Maria: Pallotti, 2006.

OLIVEIRA, Jorge E. Sobre os conceitos de etnohistória e história indígena: uma discussão ainda necessária. **Associação Nacional de História/ANPUH – XXI Simpósio Nacional**. João Pessoa, 2003, p. 1-8.

OLIVEIRA, Philippe Hanna de Almeida. **Comida forte e comida fraca: alimentação e fabricação dos corpos entre os Kaingáng da terra indígena Xaçecó (Santa Catarina, Brasil)**. Florianópolis, 2009. ix, 142 p. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Florianópolis, 2009 Disponível em: <<http://www.tede.ufsc.br/teses/PASO0248-D.pdf>>

OLIVEIRA, Priscila E. de. Ideias, escopetas e bacilos: políticas de saúde do SPI e a experiência do IR7. **XXVI Simpósio Nacional de História**. São Paulo/USP, 2011, p. 1-16.

_____. Transformar o índio em um índio melhor: saúde e doença no contexto do indigenismo (1914-1967). In: FREIRE, Carlos A. da Rocha (org). **Memória do SPI**. 1ªed. Rio de Janeiro: Museu do Índio, FUNAI, 2011, v. 1, p. 191-200.

PALHETA, Rosiane Pinheiro. **Política indigenista de saúde no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2015.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. In: **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro; Edições Vértice, vol.5, n.10, 1992, p. 200-215.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder e classificação social. In: SANTOS, B. de S.; MENESES, Maria P. (ORGS). **Epistemologias do Sul**. 2009, p. 73-118. Disponível em: <https://ayalaboratorio.files.wordpress.com/2017/09/quijano-anibal-colonialidade-do-poder-e-classificac3a7c3a3o-social.pdf>.

_____. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, E. **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais**. Perspectivas latino-americanas. Colección SurSur, CLACSO, Buenos Aires, 2005, p. 124.

RIBEIRO, Darcy. **Os índios e a civilização: a integração das populações indígenas no Brasil moderno**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Trad: Alain François [*et al.*]. – Campinas/SP: Editora da UNICAMP, 2007.

ROCHA, Leandro Mendes; BITTENCOURT, Libertad B. **Indigenismo e Participação Política na América Latina**. Goiânia: Ed da UFG, 2007.

ROSA, Patrícia Carvalho. A noção de pessoa e a construção dos corpos Kaingang na sociedade contemporânea. **Espaço ameríndio**. Porto Alegre, v. 2, n. 1, jan/jun, 2008, p. 15-43.

SAHLINS, Marshall. **Metáforas históricas e realidades míticas: estrutura nos primórdios da história do reino das ilhas Sandwich**. Rio de Janeiro: Zahar, 2008, p 125.

SANTOS, Sílvio Coelho do. **A integração do índio na sociedade regional: a função dos Postos Indígenas em Santa Catarina**. Florianópolis: Ed da UFSC, 1970.

SCHMITZ, P e ROGGE, J. **Pesquisando a trajetória Jê Meridional**. Pesquisas Antropológicas, 70. São Leopoldo: IAP – UNISINOS, 2013, p. 7-33.

SCHWARCZ, Lilia. Questões de fronteiras: Sobre uma antropologia da história. **Novos Estudos Cebrap**, 2005.

SILVA, Luana Máyra da. **Entre a tradição e a ressignificação: a cultura material Kaingang na contemporaneidade – terra indígena Xaçecó/SC**. 2014. Xxiv 272 p. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofias e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Florianópolis, 2014.

TOMMASINO, Kimiye. A ecologia dos Kaingang da Bacia do rio Tibagi. In: MEDRI, Moacyr E. [*et al.*]. **A Bacia do Rio Tibagi**. Londrina/PR: M.E. MEDRI, 2002, p. 81-100.

VEIGA, Juracilda. **O processo de privatização da posse da terra indígena**. Portal Kaingang, 2006. Disponível em: www.portalkaingang.org/privatizacao_juracilda.pdf.

FONTES ESCRITAS

BALDUS, Hebert. O culto aos mortos entre os Kaingang de Palma. In:_____. **Ensaio de etnologia brasileira**. Brasileira, Biblioteca pedagógica: 5ª Ed, vol 101, p. 29-69.

BORBA, Telêmaco M. **Actualidade Indígena (Paraná, Brazil)**. Curitiba: Imprensa Paranaense, 1908.

BRASIL. Ministério do Interior. **Relatório Jader Figueiredo 1967-1968**. 10 setembro 1968. Disponível em: <https://archive.org/search.php?query=creator%3A%22Jader+de+Figueiredo+Correia%22>.

_____. **Volume XV**. Relatório Jader Figueiredo 1967-1968. 10 setembro 1968.

_____. **Volume XXIX**. Relatório Jader Figueiredo 1967-1968. 10 setembro 1968.

_____. **Relatório volume síntese**. Relatório Jader Figueiredo 1967-1968. 10 setembro 1968.

GAVÉRIO, Bruna. **Caderno de Campo: saídas para Terra indígena Xaçecó**. Santa Catarina – UFSC/LABHIN, 2014-2016.

MABILDE, Pierre F A. Booth. **Apontamentos sobre os indígenas selvagens da Nação Coroados dos matos da Província do Rio Grande do Sul**. São Paulo: BRASA; Brasília: INL, Fundação Nacional Pró-Memória, 1983.

NIMUENDAJÚ, Curt. Primeira parte: Os Kaingang. In: _____. **Etnografia e indigenismo: sobre os Kaingang, os Ofaié-Xavante e os índios do Pará**. Campinas/SP: EDUNICAMP, 1993 [1913], p. 55-79.

FONTES ORAIS

LUIZ, Divaldina. **Entrevista** [2016]. Entrevistador: Ronelssom Luiz. Transcrição: Bruna Gama Gavério. Terra Indígena Xaçupé/SC, 2016. Acervo LABHIN/UFSC.

RODRIGUES, Noé. 89 anos. **Entrevista** [2012]. Entrevistadores: Sandor F. Bringmann, Carina S. de Almeida e Luana M. da Silva. Transcrição de Sandor F. Bringmann. Aldeia Sede, Terra Indígena Xaçupé. 9 de maio de 2012. Acervo LABHIN/UFSC, 2015.

SEQUINATO, Silvana **Entrevista** [2008]. Entrevistadora: Ninarosa Mozzato da Silva Manfroi. Transcrição: Ninarosa Mozzato da Silva Manfroi. Posto de Saúde, Terra Indígena Xaçupé/SC, 2008. Acervo LABHIN/UFSC.